



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1983

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, (57). Achando-se em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº 211/83/G/1a. Sec., do Primeiro Secretário desta Assembléia Legislativa, Sr. Deputado GERNOTE GILBERTO KIRINUS, no qual encaminhou à Secretaria de Estado da Educação, convocação para o comparecimento em data de 15 de junho do corrente ano, às 15:00 horas, no Plenário desta Casa Legislativa, a fim de prestar informações e esclarecimentos a respeito da nova sistemática de eleições para Diretores e Inspectores da Rede Estadual de Ensino.—

— Ao conhecimento da Casa.

Telegrama:

Do Senhor Francisco Inácio Leite - Líder da Bancada do PMDB na Câmara Municipal de Mariluz - Pr., com o seguinte teor:

"A BANCADA PMDB CAMARA MUNICIPAL MARILUZ/PR., POR UNANIMIDADE REPUDIA VEEMENTE ALIANÇA PTB/PDS, VERDADEIRA TRAIÇÃO IDEAIS OPOSICIONISTAS INACEITAVEL LUDIBRIO CONSCIENCIA ELEITORES QUE SUFRAGARAM NOME PARTIDO FUNDADO POR VARGAS.—

Ao conhecimento da Casa.

Ofícios:

Sob o nº 432/83-DL, do Sr. MOACIR TOSIN - Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando cópia do Requerimento nº 1161/83, do Vereador JEFERSON WANDER-

LEY, subscrito pelos Vereadores: Ivan Ribas, João Queiroz Maciel, Alípio Leal, Luiz Carlos Betenheuser, Marlene Zanin e Moacir Tosin, o qual solicitou voto de solidariedade aos estudantes da Universidade Católica do Paraná, pelos protestos contra a instituição da semestralidade antecipada.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 664/83, do Sr. JOSÉ CARLOS TRAFANI, Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, encaminhando MOÇÃO nº 09, de autoria do Vereador JOSÉ CARLOS TRAFANI, subscrito pelos Edis: Rodolfo N. Sibin, Adolpho Alvarez Neto, Renato dos Santos, Osmar Garcia, José Oscar Matiello, Francisco Ciancálio, Antônio Aparecido da Silva, Fernando Jorge Nagib, Jair Morgarbel e Orlando Geraldo Costa, manifestando Voto de Repúdio com a união do PTB/PDS, pela atitude condenável da Deputada IVETE VARGAS, traindo o voto do trabalhador brasileiro.— Ao conhecimento da Casa.

Expediente:

Do Sr. PAULINO DE CARLOS — Coordenador da microrregião Sindical 5 - Vale do Ivaí—Pr., manifestando atenção para o atendimento das reivindicações diante dos problemas e necessidades vividas pelo homem do campo quer seja pequeno proprietário, empregado, parceiro ou arrendatário ou ainda numa situação muito mais dramática, o trabalhador avulso "BÓIA-FRIA", que clamam das autoridades responsáveis o incentivo à fixação do homem à terra, levando a eles os benefícios da eletrificação, educação, transportes, moradia, saúde, lazer, através de uma reforma agrária integral, não só com a distribuição de terras aos trabalhadores sem terras, mas dando-lhes condições para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, crédito, assistência técnica, apoio a comercialização, a intervenção no cooperativismo agrícola de modo a satisfazer as necessidades dos pequenos produtores, que são os mais necessitados. O incentivo ao replantio da cafeicultura no Paraná, com seguro e financiamentos próprios para a cafeicultura. Medidas urgentes e eficazes que dê oportunidade a milhões de brasileiros de integração ao processo econômico e social do País. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 59/83, de sua autoria, que visa instituir o reajuste semestral de vencimentos para os funcionários públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Na forma regimental, requeiro votação nominal do requerimento de minha autoria que solicita Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 59/83.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações pela passagem do 214º Aniversário da Lapa, ocorrido no dia 13 de junho do corrente ano.

Solicita, outrossim, que da aprovação deste, seja dado ciência ao Chefe do Executivo Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal daquela localidade.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam inseridas na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao jornal "O COMÉRCIO", da cidade de União da Vitória.

Fundado em 11 de junho de 1931, seu fundador HERMINIO MILLIS, de saudosa memória, jornalista catarinense, escritor e político catarinense.

"O COMÉRCIO" é dirigido atualmente pelos jornalistas IVO DOLISKI e tem como Diretor-Comercial OSMAIR SEVERINO SCHOROH, circula nos Municípios de União da Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul, Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Palmas e várias cidades de Santa Catarina.

Este registro se justifica, pois é a pequena homenagem que prestamos como representante da região a um jornal de linha independente, que é o órgão oficial do Tribunal de Justiça do Paraná, hoje com 52 (cinquenta e dois) anos de existência, cresceu junto com os municípios que presta serviços, é pioneiro de expressivo nome.

Requer que desse requerimento seja informado o jornal "O COMÉRCIO".

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações à Rádio Cidade de Jandaia, em Jandaia do Sul, pela campanha encetada em favor dos Bóias-Frias", e desamparados, atingindo vários municípios da Região do Vale do Ivaí.

A comunidade atendeu e socorreu nessa emergência quando grande nº de pessoas que não trabalham devido as chuvas constante e, conseqüentemente, não tem comida.

Da aprovação, requer seja dado ciência através do Sr. ANTÔNIO COSTENARO NETTO, Diretor da Rádio Cidade de Jandaia, em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, com as seguintes Moageiras do Milho do Paraná, que visam a dar um maior estímulo a esse importante setor da indústria paranaense:

1. Maior divulgação entre os produtores rurais da existência do E.G.F. e S.O.V., orientando-os sobre as vantagens de manterem sua produção em suas propriedades até conseguirem melhor preço.

2. Agilizar a liberação de verbas para os E.G.Fs nas agências locais do Banco do Brasil, para que as indústrias tenham mais facilidade na aquisição de matéria prima.

3. Rever a intenção de exportar milho, considerando

Curitiba, segunda, em 13/06/83

a necessidade de formar estoques reguladores de entressafra.

4. Criar um vigoroso programa de construção de silos a nível de propriedade rural, com juros financiados.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

As indústrias moageiras de milho preocupam-se com o abastecimento de milho, principalmente nos períodos de entressafra, tendo em vista que, nos anos anteriores, houve escassez do cereal, motivada por falta de previdência na formação de estoques reguladores no Paraná.

Sendo o Paraná o maior produtor nacional de milho, sua produção é mais do que suficiente para atender às necessidades dos segmentos internos que precisam dessa matéria-prima como condição primeira para manter suas atividades, mas essa suficiência é temporária porque em poucos meses grande parte da produção é exportada ou desviada para outros Estados.

A política de preços mínimos, aliada ao fato de que as indústrias de milho têm dificuldades de repassar o custo da matéria-prima ao consumidor, em razão da forte concorrência imposta pelo trigo subsidiado, têm colocado o Governo como grande comprador das safras, via A.G.F. Os dois ou três milhões de toneladas eventualmente adquiridas pelo Governo são estocados e a outra parte é exportada. Passado o alvoroço do escoamento da produção, repetidas vezes verificou-se que o milho restante no Paraná era insuficiente para atender a demanda, fazendo-se necessária a importação de outros Estados, trazendo um produto mais caro, adicionado de fretes e com a agravante de que nem sempre apresenta a mesma qualidade.

Para 1983, já se fala em exportar 1 milhão de toneladas de milho "in natura", o que não é bom negócio, pois o nosso milho é gravoso no mercado internacional, só sendo exportado às custas de subsídios. Assim, bem melhor será subsidiar a exportação de produtos industrializados a partir do milho, eliminando a ociosidade das indústrias e oferecendo mais mão-de-obra.

As indústrias de milho não podem ficar na dependência de adquirir milho em outros Estados, ou mesmo importado, como já aconteceu. É preciso proteger os interesses paranaenses.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado Ofício ao Sr. Dr. Fabiano Saporite Campelo, Diretor Superintendente da Sanepar, solicitando providências no sentido de ser feita uma dragagem no Rio "Ribeirão Caviúna", no Município de Apucarana-Pr., uma vez que o mesmo se encontra em mal estado, para dar continuidade ao abastecimento normal de água àquele município.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja enviado ofício ao Sr. Dr. Cícero Jaime Bly Júnior, digníssimo Superintendente da Suhrema, solicitando providências no sentido de ser feita uma dragagem no Rio "Ribeirão Caviúna", no Município de Apucarana-Pr., uma vez que o mesmo se encontra em mal estado, para dar continuidade ao abastecimento normal de água naquele município.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário da Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier, solicitando o fornecimento de recursos financeiros visando ao asfaltamento ou calçamento na cidade de Tibagi.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Dr. Fernando Heugênio Ghignone, solicitando do mesmo, auxílio financeiro para a construção de um Ginásio de Esporte no Distrito da Sede, Município de Tibagi, com um custo orçado em aproximadamente Cr\$ 20.000.000,00, (vinte milhões de cruzeiros), existindo o terreno e projetos arquitetônicos disponíveis.

Tal solicitação se faz necessária, pois é deste auxílio, que somado aos recursos daquela Prefeitura, é que se realizará a construção de tal obra reivindicada já a muito tempo pelos moradores daquele que é o distrito que mais cresce no município.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário dos Transportes do Paraná, requerendo uma construção de um Contorno Asfáltico (Contorno Norte), no Município de Apucarana-Pr., uma vez que o mesmo não existindo, obriga desta forma os veículos de carga pesada a trafegarem pelo centro da cidade e, conseqüentemente, destruindo as condições de tráfego para os veículos de pequeno e médio porte, no centro daquele município.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando um auxílio para a instalação e construção do novo projeto da Estação Rodoviária no Município de Apucarana-Pr.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de ofício aos Excelentíssimos Srs. Deni Lineu Schwartz, digníssimo Secretário dos Transportes e Olívio Zanella, digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio São Francisco, na divisa entre Vera Cruz do Oeste e Toledo.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Com as últimas chuvas, a ponte ligando aqueles importantes municípios, não resistiu a evasão das águas pluviais, vindo a

desabar, ficando somente os pilares laterais.

A referida ponte liga a região de Foz do Iguaçu até Céu Azul e Vera Cruz do Oeste, Toledo e outros municípios de grande importância.

A inexistência daquela ligação, causa sérios prejuízos aos produtores da região, bem como às transportadoras, que, na safra, são obrigados a fazer um contorno de aproximadamente 100 quilômetros, passando por Cascavel, até chegar ao local da produção aumentando com isso os gastos em combustível.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Diretora Presidente da Fundepar, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que seja fornecido material escolar e didático para serem doados aos alunos carentes do Município de Peabiru, freqüentadores do Mobral.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do ilustre Vereador Olávio Silveira da Silva, do Município de Peabiru, tal medida visa dar maior apoio aos alunos carentes daquele município, freqüentadores do Mobral, principalmente os da área rural. Esses alunos, com pouco poder aquisitivo, não podem sequer adquirir o material escolar para acompanhar o curso.

O envio de material escolar para os alunos do Mobral daquele município é um incentivo a mais para que o analfabetismo seja diminuído em nosso Estado.

Cremos na sensibilidade das nossas autoridades ligadas à área do ensino, no sentido do atendimento ao nosso solicitado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que seja implantada com a máxima urgência, a agência daquele estabelecimento bancário na cidade de Roncador.

Cumpra salientar que o prédio para instalação da referida agência está alugado há mais de um ano, com todas as instalações necessárias para o seu funcionamento, não se sabendo o porquê do não início das atividades naquela cidade.

Roncador é uma região essencialmente agrícola, formada na sua maior parte por pequenos agricultores. Estes quando necessitam fazer financiamentos para suas lavouras, necessitam deslocar-se a cidades circunvizinhas, demandando tempo e despesa desnecessárias, numa época em que a palavra de ordem é economia por parte de toda a sociedade.

Cremos que a instalação imediata da agência desse conceituado Banco na cidade de Roncador virá atender um velho anseio de toda a população.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando a implantação de um Distrito do D.N.P.M., no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados fornecidos pela Mineropar, "O Estado do Paraná" ocupa atualmente a 9a. posição entre os Estados brasileiros, em termos de produção mineral. O Estado contribui com 98 por cento da produção nacional de prata, 75 por cento da de talco, 30 por cento da de chumbo e com 7,5 por cento da de cimento, sendo ainda o terceiro maior produtor de carvão do País.

Possui o Paraná importantes e estratégicas reservas de xisto pirobetuminoso e urânio. Além do mais, depósitos de fluorista, recentemente descobertos sem dúvida permitirão que o Paraná assuma, a curto prazo, a vanguarda nacional na produção desse importante elemento.

Salienta-se ainda que, segundo dados do Serpro-MF (Brasília), estão localizadas no Estado do Paraná cerca de 9.000 empresas de mineração e conexas, fato que explica o crescente número de requerimentos de pesquisa registrados nos últimos anos.

Esses fatos inegavelmente conferem ao Paraná uma posição de destaque no Setor Mineral Brasileiro. Não obstante, o Estado ainda não conta com um Distrito do DNPM, como ocorre nos demais Estados de igual expressão - ou até mesmo de menor expressão setorial. Continua o Paraná subordinado ao segundo Distrito do DNPM sediado em São Paulo, o qual mantém uma residência em Curitiba, que conta apenas com apenas 2 (dois) Geólogos e 1 (um) Técnico em Mineração.

Como se depreende, a estrutura da residência local do DNPM é inteiramente incompatível com a expressão nacional e a crescente expansão do setor mineral paranaense, não sendo suficiente para o adequado desempenho das funções que lhe são atribuídas - informação, fiscalização, orientação de processos, etc.

Considere-se ainda que a grande maioria das empresas de mineração do Paraná são de pequeno porte. Os seus requerimentos de pesquisa tem que ser protocolizados em São Paulo, o que se torna bastante oneroso, além de impor-lhes dificuldades adicionais e dispêndio de tempo, com evidente prejuízo de suas atividades.

Diante dessa situação, a Assembléia Legislativa do Estado, sintetizando as aspirações de todos os segmentos que atuam no setor mineral paranaense, apresenta ao Governo Federal, solicitação no sentido de ser implantado um Distrito do DNPM no Paraná. A criação desse Distrito possibilitará a alocação de um maior número de profissionais especializados e dos recursos necessários para que o DNPM possa desempenhar adequadamente as funções que lhe são delegadas por lei".

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, para que autorize a construção de um Ginásio de Esportes no Distrito de Godoy Moreira, no Município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação, uma vez que a Escola Estadual de Godoy Moreira não possui local para a execução da disciplina de Educação Física e será para uso da juventude e promoção do município, através da prática de esportes e efetiva integração à comunidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário dos Transportes, no sentido de ser tomadas as providências necessárias para uma Ligação Asfáltica, entre os Municípios de Apucarana - Rio Bom e Borrazópolis-Pr.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que sejam agilizadas as providências para celebração de convênio entre a Universidade Federal do Paraná e o Inamps, com a finalidade específica de dar atendimento e continuidade aos trabalhos da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Requer ainda, este Deputado, seja encaminhada àquela autoridade, a justificativa apresentada, bem como seja feita um alerta quanto ao descaso e desatenção com que vem sendo tratado aquele importante segmento do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

(Justificativa feita em plenário).

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Luiz Fernando Mussi, Secretário de Segurança Pública do Estado, pedindo imediatas providências para que seja posto em funcionamento o módulo policial existente no Núcleo "Santa Paula", na cidade de Ponta Grossa, já construído, porém desativado até a presente data.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo "Santa Paula" é o maior núcleo residencial de Ponta Grossa, sendo que nele residem cerca de dez mil pessoas. Pode ser comparado a uma pequena cidade do interior.

Os moradores daquele local enfrentam muitos problemas, dentre os quais um dos mais urgentes é o relativo à segurança pública. Existe um permanente clima de temor, pois as ocorrências policiais estão se multiplicando assustadoramente. Furtos, roubos e agressões ocorrem diariamente e muitos jovens que são obrigados a estudar no período noturno estão sujeitos a assaltos.

Para obter socorro policial os moradores são obrigados a percorrer cerca de cinco quilômetros, distância que separa o núcleo do posto policial mais próximo.

O módulo policial está pronto há alguns meses. Porém, até agora não foi providenciado o funcionamento efetivo do mesmo.

Alega-se a falta de homens no batalhão policial sediado em Ponta Grossa.

Realmente existe deficiência nesse setor e segundo informações obtidas junto aos órgãos oficiais, somente no final do corrente ano, Ponta Grossa passará a contar com um pelotão feminino, que será então utilizado pela Polícia Militar no trabalho de fiscalização de trânsito, liberando-se, em consequência, policiais que passarão a trabalhar no policiamento preventivo. Cogita-se, igualmente, da criação de mais uma

companhia no batalhão que a Polícia Militar mantém na Princesa dos Campos. Porém, é medida que somente será concretizada a médio prazo.

Enquanto isso os moradores do núcleo "Santa Paula" não podem permanecer no clima de temor que hoje os assola. Impõe-se o imediato funcionamento do módulo policial e para tanto é necessário que a Secretaria da Segurança Pública tome medidas urgentes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER que esta Casa envie ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, Deputado Nelson Miguel Friedrich solicitando providências junto à Telepar para urgente normalização dos serviços telefônicos em Catanduvas e no Distrito de Ibema, naquele mesmo município.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a finalidade de trazer reiterados protestos que até agora temos recebido de lideranças das comunidades de Catanduvas e do Distrito de Ibema quanto ao péssimo funcionamento do sistema telefônico local. Segundo as reclamações, está ocorrendo freqüentemente linhas cruzadas na rede, principalmente nas horas de maior utilização dos serviços por parte dos usuários.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvindo o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, das propostas apresentadas pelo jornal INDÚSTRIA E COMÉRCIO ao Governador José Richa, na semana que passou (em anexo). Reivindica, por outro lado, o encaminhamento de cópia deste expediente à Diretoria do jornal.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Mais do que nunca o Governo Estadual vem provando que o espírito da Administração do PMDB está voltado diretamente para acolher sugestões da comunidade. Não se pode realizar um governo sem ouvir o povo. Na última semana, o Governador José Richa recebeu os diretores do jornal INDÚSTRIA E COMÉRCIO, tradicional publicação de nossa cidade, e deles acolheu um documento com sugestões importantíssimas para o desenvolvimento de nossa economia. Em síntese, a proposta defende uma política de preferência aos produtos fabricados no Estado, a realização de promoções de caráter nacional para divulgar nossos produtos e o processamento de matérias-primas chegando ao seu final em solo paranaense. Trata-se de uma proposta que deve sofrer uma análise apurada por parte de nossas autoridades econômicas, a fim de que se viabilize a sua adoção. É isto que o Governo José Richa deseja: a participação de todos para a solução dos problemas que são da comunidade paranaense.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de Ofício ao Sr. Dr. Francisco Simeão Rodrigues, DD. Secretário da Indústria e do Comércio do Estado do Paraná, solicitando uma ajuda para a devida Liberação e Fixação do Parque Industrial na cidade e Município de Apucarana-Pr., visando ampliar a área industrial daquele município.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado Ofício ao Sr. Dr. Claus Magnun Germer, DD. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, solicitando uma maior agilização no Projeto "Juruba", do Município de Apucarana-Pr., e que o mesmo seja aprovado e posto em prática o mais breve possível, uma vez que o projeto acima epigrafado, já se encontra em mãos do Sr. Secretário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Ofício ao Excelentíssimo Sr. Deni Schwartz, digníssimo Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinarem a efetivação de uma Auditoria no Porto de Paranaguá, de 1978 até a presente data.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA: — Em plenário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, que a Assembléia Legislativa seja constituída em Comissão Geral, nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, para realizar uma Audiência Pública Geral sobre o problema das Enchentes, suas consequências e as Propostas de Solução que venham a minorar o problema e adoção das providências governamentais corretivas.

Em decorrência, proponho que seja fixada a data de 20 de junho corrente, a partir das 14,30 horas, para a realização da citada Audiência Pública, suspendendo-se em consequência os trabalhos da sessão ordinária.

Aprovada a proposta, sugerimos ainda que seja delegada a uma Comissão Funcional da Casa - a Comissão Especial do Programa Fórum de Debates - sob a supervisão da Comissão Executiva, a tarefa de organizar a citada Audiência Pública, inclusive promovendo convites a Autoridades, órgãos e demais interessados.

Também, como uma proposta de trabalho, sugerimos a formação de uma Comissão Interpartidária Especial, que ficará encarregada dos contatos necessários, com as autoridades federais e estaduais, inclusive se deslocando para Brasília e regiões do Interior do Paraná, no desempenho das tarefas ligadas a esta proposição.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS.

Apoio: Gernote Kirinus, Rubens Bueno e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

1. O artigo 35 do Regimento Interno da Casa diz o seguinte:

"A Assembléia poderá constituir-se em Comissão Geral para o estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado, desde que sua maioria o resolva, a requerimento escrito de qualquer deputado".

2. O problema das enchentes é a principal realidade de nossos dias, no território do Paraná e, de modo geral, no Sul do País. Segundo os relatórios governamentais, a situação se situa como um "estado de calamidade geral", atingindo

praticamente todas as regiões do Estado, afetando sua população e economia, com prejuízos vultosos e até aqui não calculados, mas que reduzirão severamente o Produto Regional.

3. A Assembléia Legislativa, doutro lado, precisa estar presente no centro dos acontecimentos que interessam à sociedade, estudando o problema, propondo soluções e acompanhando sua execução pelas autoridades governamentais.

4. A Audiência Pública Geral proposta permitirá que a Assembléia, como Instituição, se inteire do assunto em sua globalidade recolha subsídios de todas as fontes possíveis - técnicas, econômicas e políticas - e proponha as soluções a seu ver mais acertadas para minorar o problema de vez que ele é uma causa da Natureza.

5. Doutro lado, estima-se a convocação dos órgãos de imprensa do Estado para apresentarem sua contribuição ao debate, mediante exposição de painéis fotográficos resenhas de noticiário e similares, de modo a recolher subsídios também dessa fonte.

Projetos de Lei Complementares:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica acrescido ao artigo 44 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, em seu inciso I, a letra "f", com a seguinte redação: f) Projetos de loteamentos e arruamentos.

Art. 2º — Fica acrescido ao artigo 59 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, o inciso "XVII", com a seguinte redação: XVII — Autorizar loteamentos e arruamentos.

Artigo 3º — Fica acrescido ao artigo 75 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, o inciso "XXXIV", com a seguinte redação: XXXIV — enviar à Câmara, Projeto de Lei que autorize loteamentos e arruamentos.

Artigo 4º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Amélia Hruschka, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida Cesar, Eduardo Baggio, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Caíto Quintana, Mário Pereira, Márcio Almeida, Fiori Luiz, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada e Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

A Legislação Federal recente, de número 6.766, de 19/12/79 passou a regular o parcelamento do solo, o que fez em dez extensos capítulos em que são enfocados os requisitos urbanísticos, os projetos de loteamentos, os projetos de desmembramentos, e as condições de aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos, dispondo, finalmente que: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais", motivo pelo qual, preliminarmente, estimamos para propor o presente projeto de lei.

Ademais, como é sabido, em nossos dias, os executivos municipais monopolizam a aprovação de projetos de loteamento e arruamentos, dos quais o Legislativo sequer toma conhecimento, exercendo o Poder de parcelar o solo municipal, unilateralmente, a seu próprio alvedrio, sem prévia audiência dos representantes dos munícipes.

Ora, se o município é "a unidade do território do Estado,

com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República" e a este mesmo município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e "privativamente, dispor sobre loteamentos e arruamentos" e, se, na forma do Art. 26, da Lei Complementar nº 2/73, o "Governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com funções legislativas, e pelo Prefeito, com funções executivas", nada mais certo do que, através da Lei Orgânica dos Municípios, devolvermos ao Legislativo a oportunidade de apreciação de matérias que versem sobre esses peculiares interesses municipais, auxiliando o Executivo no acerto das decisões, e analisando com mais profundidade o planejamento urbano municipal.

Em homenagem ao ilustre radialista Anísio Moraes de Campo Mourão, mentor intelectual do presente projeto, tenho a honra de representar o mesmo, esperando merecer o apoio necessário para o seu acolhimento e posterior votação favorável, pelos motivos aqui expostos.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 77/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica dispensado o estágio probatório ao Professor, aprovado e classificado em concurso público para cargo no Magistério da Rede Estadual de Ensino, que comprove haver prestado, no Mínimo, dois anos de atividades docentes ao Estado do Paraná, em regime das Leis do Trabalho.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

A medida proposta visa estabelecer a dispensa de um requisito que o professor comprovadamente, já o supriu anteriormente à prestação de concurso para o ingresso na carreira do magistério.

Com isso haverá uma economia temporal na utilização dos serviços profissionais do professor e em favor da rede estadual de ensino.

É com essa intenção que apresentamos o presente plano de lei que por certo irá merecer a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 78/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Missionária e Educativa de Santa Ana", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da filantropia e assistência social junto à comunidade de Londrina, nos termos estabelecidos em seus estatutos sociais.

O reconhecimento da comunidade é de domínio público junto à Sociedade londrinense, o que se coaduna com a presente proposição visando o reconhecimento público na esfera estadual.

A documentação que apresentamos comprova o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual em vigor, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 79/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É concedido aos trabalhadores, enquanto desempregados, isenção do pagamento de tarifas de serviço público (água, luz, esgoto e transporte urbano), inclusive no que se refere a serviços concedidos ou permitidos.

Parágrafo único — Para os efeitos deste artigo, transporte urbano compreende as ligações com os municípios integrantes de regiões metropolitanas.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

JUSTIFICATIVA:

Sem sombra de dúvida, o desemprego é um fato inconteste. Ao legislador é a quem incumbe, ao lado das autoridades do plano econômico, tomar as providências e se estabelecer as medidas para se remediar a situação dos desempregados do Estado.

As dificuldades vividas pelos desempregados, não podem ser respondidas apenas pelo indivíduo e seus familiares.

A gravidade dessa situação necessita de atuações inequívocas de solidariedade da sociedade como um todo.

Assim, nada mais conveniente que iniciar-se pelo Governo e pelas empresas públicas, medidas práticas que atenuem os rigores dessa situação que preocupa a família trabalhadora do País.

Considerando ainda, a inexistência de um Seguro Desemprego no molde de países desenvolvidos e a possibilidade de instituí-lo no Brasil, pois a absorção dessas conseqüências ocorre por conta exclusiva da instituição familiar, a qual por sua vez, não está em condições de suportar um ônus de tamanha proporção e entendendo que a medida proposta pode determinar certo desafogo a quem está impedido de perceber o mínimo necessário à sua sobrevivência, é que propomos a isenção de determinadas despesas compulsórias, as quais, ao Estado, a quem incumbe a proteção das massas no plano social, nesta situação de crise, cabe absorvê-las.

PROJETO DE LEI Nº 80/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As instalações, manutenção e ampliações de apiários ou colméias só serão estabelecidas no território paranaense, quando mantiverem uma distância de 5 km de raio entre o local de seu estabelecimento e sua vizinhança.

Art. 2.º — Os apicultores, no prazo de 60 dias da publicação da presente lei, deverão registrar seus apiários, indicando a localização destes, bem como o número de colméias em cada um, junto ao órgão local da Secretaria da Agricultura.

Art. 3.º — Os apiários que, à data desta lei se situarem em distância inferior à prevista no artigo primeiro, poderão permanecer desde que sejam registrados no prazo previsto no artigo segundo.

Art. 4.º — É vedada a ampliação de apiários e instalação de colméias próximo à propriedade em que haja apiário com pastagem apícola plantada ou iniciada, num raio de 5 km.

Art. 5.º — Será permitida a manutenção de colméias existentes atualmente, nas proximidades próximas aos apiários, desde que não excedam ao número de cinco (05) e que possuam pastagem apícola própria.

Art. 6.º — É vedada a permanência ou instalação de apiários ou colméias com abrigos rústicos ou caixotes, que não atendam às normas atuais das técnicas apícolas, em

raio de 10 km, dos apiários registrados.

Art. 7.º — Para instalação de novos apiários, ou ampliação os interessados deverão obter autorização do órgão local da Secretaria da Agricultura, que em seguida o registrará.

§ 1.º — A autorização será concedida com base em laudo apresentado pelo interessado em que deverá estar especificado o nome do proprietário, a localização do apiário e o número de colméias que o local comporta.

§ 2.º — O laudo deverá ser solicitado à Associação dos Apicultores, à qual está filiado o apicultor mais próximo.

Art. 8.º — O apicultor que não atender ao previsto nesta lei, deverá desativar seu apiário.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A apicultura é uma fonte de produção de alimentação das mais ricas e importantes. É alimento que não deveria faltar em nenhuma mesa.

O Paraná produz muito aquém de seu potencial. O Paraná tem um clima e uma topologia altamente propícios para a apicultura. Os morros, as matas e as capoeiras são locais que podem ser muito bem aproveitados para a apicultura. Muitas áreas que não servem para outro tipo de cultivo, poderão servir para a apicultura. Outras áreas podem ser aproveitadas consorciadamente ou concomitantemente com outras culturas.

Como a apicultura requer um razoável investimento, há necessidade de ser disciplinada a instalação e ampliação de apiários. As abelhas não vivem confinadas. Não existem fronteiras para elas senão a distância. A pastagem apícola está diminuindo dia a dia, pelo desmatamento. Torna-se necessário assim cultivar pastagem apícola artificial. Isto aumentará sensivelmente a produção de mel.

Ocorre que os riscos de investimento em pastagem artificial são grandes. Basta que sejam instalados apiários próximos à propriedade, para que o investidor deixe de ter lucros. Além disso, deixa de ter produção, uma vez que existe um ponto ótimo do número de colméias para determinada área de pastagem apícola e também um ponto de saturação. Estando saturada a área de colméias, é um número excessivo, não haverá produção de mel. Nem o proprietário investidor e nem o usurpador da propriedade alheia tem benefício com isso. Há os que agem por ignorância, mas há os que agem por má fé. A melhor ou talvez a única maneira de resolver esse problema, é através de uma lei.

Mesmo que não houvesse a pastagem artificial haveria necessidade dessa lei. Um apiário e instalações higiênicas para a extração do mel, requerem um razoável investimento. A lei estimularia a implantação de novos apiários, pois daria certeza de investimentos com retorno e de não haver aborrecimentos com vizinhos inescrupulosos.

As colméias rústicas próximas aos apiários racionais, devem ser proibidas por várias razões. Elas não permitem o controle de enxameação, o que faz com que proliferem os enxames nas matas, nos todos e nas pedras. Estes enxames absorvem o néctar das flores sem trazer benefícios para a apicultura.

As colméias rústicas não permitem a limpeza, higiene e o controle e a erradicação de doenças. Facilmente podem infestar os apiários racionais trazendo prejuízos a estes.

Esta lei poderá trazer incentivos para a apicultura de forma a aumentar o número de empregos, propiciar novas fontes de renda aos agricultores, aumentar a produção de alimentos para o país e seguramente, aumentar o volume de exportação do mel. O Paraná, como sendo o celeiro do País, poderá dar mais um exemplo de como estimular a produção.

PROJETO DE LEI N.º 81/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a CRECHE SÃO JUDAS TADEU, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Creche São Judas Tadeu é uma entidade que tem por finalidade o atendimento e a assistência social à infância de nossa comunidade, em termos de seus Estatutos Sociais.

A sua ação social é das mais benéficas, e se enquadra aos parâmetros dos fins sociais previstos na legislação estadual que regula o estatuto da utilidade pública.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

Com isso propomos o presente plano de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Edmar Luiz Costa.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, para uma reclamação...

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Nestes instantes, Sr. Presidente, estivemos visitando o Comitê de Imprensa e ali encontramos as máquinas de escrever parcialmente destruídas, fazendo assim com que os jornalistas que ali trabalham não possam dar andamento aos seus trabalhos, aos seus serviços.

Então solicito de Vossa Excelência a reparação das máquinas, além disso, que a Segurança tome providências de quem causou estes danos às máquinas deste plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência registra e tomará as providências necessárias.

Ausente o Deputado Edmar Luiz Costa, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando à consideração desta Casa, requerimento para que seja enviado expediente ao Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de ser agilizada a celebração de convênio específico entre a Universidade Federal do Paraná e o INAMPS, com a finalidade de se dar continuidade aos trabalhos de transplantes de medula óssea, sendo hoje executadas pela Unidade especializada do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Consta em meu requerimento também alerta às autoridades federais da área, quanto ao descaso que vem tratada a referida unidade, que foi esquecida até pelo Sr. Ministro da Previdência Social, quando de seu pronunciamento na inauguração do Centro de Transplante de Medula Óssea do Instituto Nacional do Câncer.

A justificativa do meu requerimento é a seguinte. (Lê):

“A Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, iniciou suas atividades em 1978, de forma bastante modesta, porém compatível e coerente com a realidade brasileira.

A inexistência de recursos humanos nas áreas de Hematologia, Imunologia e Oncologia, com treinamento especializado no exterior, fez com que alguns acreditassem no êxito futuro do programa, apesar da consciência da difícil e árdua tarefa que se apresentava.

Hoje, prova-se que aquela iniciativa de caráter pioneiro no Brasil, era válida, pois a realização de 20 transplantes e vários pacientes com longa sobrevida e totalmente normais, já reintegrados à sociedade, demonstram de forma cabal a seriedade e competência do grupo que inicialmente planejou e implantou este programa de Transplante de Medula Óssea.

Saliente-se o crescimento progressivo dos elementos diretamente envolvidos e as áreas afins como a Enfermagem, Nutrição, Bacteriologia, Assistência Social e Hemoterapia, que sofreram um desenvolvimento paralelo apreciável, trazendo grandes benefícios para o programa e à população em geral, usuária do Hospital de Clínicas. Cumpre ainda enfatizar que também através deste programa teve-se a oportunidade de sensibilizar comunidades de vários municípios do Paraná, relacionados à origem dos pacientes transplantados, principalmente no que se refere a doação voluntária de sangue, cujo resultado foi um sucesso absoluto.

O compromisso assumido pela Universidade Federal do Paraná, através de sua equipe de Transplante de Medula Óssea, com a comunidade brasileira está, pelo menos em parte, cumprido.

O trabalho poderia ter ido mais longe, porém independeu da vontade da equipe a ampliação qualitativa e quantitativa, desta forma alternativa de tratamento médico, aplicado a várias doenças hematológicas e oncológicas.

No decorrer dos últimos quatro anos, tem-se percebido o respeito e a simpatia dos dirigentes para com o programa, porém, não tem havido correspondência de atitude quanto ao suporte financeiro.

A capacitação da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná é reconhecida pelo INAMPS como serviço de excelência, e tem aquele instituto a utilizado, não só para referir pacientes como para a emissão de pareceres nos casos de solicitação de atendimento médico no exterior, com finalidade de transplante de medula óssea.

O reconhecimento científico do programa desenvolvido, é demonstrado pela participação exclusiva do grupo do Hospital de Clínicas da UFPr, para apresentar este tema no IX Congresso do Colégio Brasileiro de Hematologia realizado em São Paulo no mês de maio último. Naquela oportunidade, entre outros pronunciamentos, o eminente Professor Michel Jamra da Universidade de São Paulo, na qualidade e a seriedade do trabalho apresentado e enfatizou as dificuldades para a sua implantação, alertando que só excepcionalmente, outras unidades poderiam ser estabelecidas a curto prazo, devido ao porte do programa e do número de pessoas habilitadas para cumprir tal tarefa.

Esse esforço, que envolve, mais diretamente um número aproximado de 50 pessoas, é no entanto desestimulado, quando se analisa recente pronunciamento do Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social, por ocasião da inauguração do Centro de Transplante de Medula Óssea, do Instituto Nacional do Câncer no Rio de Janeiro. Afirmava o Sr. Ministro, que com aquela inauguração o Brasil passava a contar com a possibilidade de realização do Transplante de Medula Óssea. Esta afirmativa causou indignação às pessoas envolvidas no Programa de Transplante de Medula Óssea da Universidade Federal do Paraná bem como aos pacientes já submetidos a este procedimento, por não entenderem em primeiro lugar a omissão de um programa já conhecido socialmente como é o nosso do Paraná, e em segundo lugar, pela ênfase dada e pelos recursos destinados a uma Instituição que ainda não demonstrou

a sua capacitação para a realização de tal tratamento. Esta indignação somada ao adiamento constante da celebração de convênio específico entre a Universidade Federal do Paraná e o INAMPS, trás um efetivo desestímulo ao grupo, que tem demonstrado um alto espírito de doação e um comportamento patriótico invejável.

A persistir a política do não reconhecimento da competência e da não recompensa ao mérito, estará a Universidade Brasileira fadada a se constituir num agrupamento de grandes edifícios financiados pela comunidade, sem que a ela se restitua o que é de direito”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

“Armados de fuzis e metralhadoras, os soldados da PM foram dispostos a desalojar todos os invasores que conseguiram sair ilesos dos tiroteios travados entre as duas partes e se afugentar mata adentro” (Folha de Londrina, 10/6/83, pg. 06).

Diantedesse registro de mais um ato de violência, restam algumas indagações que preocupam os mais sensatos.

“Soldados da PM armados de fuzis e metralhadoras” — quem coloca armas na mão: de soldados da PM? O Governo do Estado do Paraná? A sociedade paranaense?

Para que as armas e os soldados? Para expulsar “todos os invasores”? Que invasores? Estrangeiros que já há mais de dez anos possuem mais de 20 por cento do território brasileiro? Não. São brasileiros, paranaenses sem trabalho, sem terra para trabalhar, com fome ao lado de terras desocupadas e não cultivadas. Brasileiros que durante séculos são ludibriados por governos e governantes através de falácias de Reforma Agrária. Estes foram os invasores expulsos das terras dominadas por outros invasores. Os invasores que têm dinheiro para pagar jagunços, para pagar advogados, para pagar a comida e combustível para o deslocamento de tropas, para comprar prestígios, agradar a igreja com fabulosas doações, para financiar campanhas políticas, enfim, para garantir por cima e por baixo a propriedade que foi privada dos invasores expulsos.

Tudo está consumado e só resta a doce ilusão.

Felizmente tudo volta ao normal. Os invasores foram expulsos. Seus ranchos de chão batido destruídos. Seus trapos, jogados no Rio Iguaçu. Suas mulheres e filhos, humilhados. Os líderes, presos. Suas armas, facões, foices e algumas espingardas, apreendidas, e a propriedade consolidada no tempo desde 1903, está assegurada.

A igreja voltara a pregar a paz — “Justiça sim, violência, não — Terra de Deus — Terra para todos”. Os políticos voltarão a se digladiar na retórica do comunismo e anticomunismo há quilômetros de distância do problema real. O tema da reforma agrária continuará sendo debatido e adjetivado em reforma agrária democrática, reforma agrária comunista, reforma agrária capitalista, reforma agrária alternativa, etc. Criou-se o IBRA, INDA, INCRA, Comissões, Gripos de Trabalho, GETSOP, etc.

Até o Coronel Eldeberto Lopes, Comandante do Sexto BPM de Cascavel, ficou satisfeito com o episódio, pois foi uma oportunidade de fazer um pequeno treinamento da tropa na selva. Segundo declarações dele mesmo. Foi uma oportunidade para mostrar à sociedade paranaense que a PM ainda está em forma, para garantir a ordem diante dos aventureiros da fome e do desemprego.

Afinal de contas, não somos contra a reforma agrária. Somos contra o processo violento de fazer a reforma agrária. Somos pela não violência e sempre que se apresentar a violência mandaremos pela frente os nossos soldados armados de fuzis e

metralhadoras. Até que um dia estes valorosos combatentes da subversão, possam prender de uma vez por todas os subversivos maiores que são: o senhor desemprego e a senhora fome. Este casal diabólico continua a instigar mais de 15 mil colonos sem terras no sudoeste, conforme nos informam os sindicatos de Dois Vizinhos, São João e Chopinzinho.

POBRE DE ESPÍRITO, MISERÁVEL E DÉBIL SÃO OS GOVERNOS QUE CONFIAM MAIS NAS ARMAS DE SEUS SOLDADOS DO QUE NA FORÇA DO SEU POVO, VILIPENDIADO, HUMILHADO, EXPLORADO, ATÉ QUE UM DIA... E ESTE DIA ESTÁ BEM PRÓXIMO...

O POVO COM FOME NÃO PERGUNTARÁ SE FULANO É COMUNISTA OU CAPITALISTA. ELE QUER SABER APENAS DE QUEM ESTÁ A SEU LADO NA HORA DE ENFRENTAR UMA ITAIPU BINACIONAL, NA HORA DE LUTAR POR SEUS DIREITOS MAIS LEGÍTIMOS. APRESSATE, SENHOR DEPUTADO, APRESSATE, SENHOR SECRETÁRIO. MINISTRO, GOVERNADOR, TOME LUGAR AO LADO DA TUA GENTE, ANTES QUE OUTRO TE TOME A FRENTE. NÃO SE ILUDAM COM OS SOLDADOS QUE APENAS SABEM CUMPRIR ORDENS — POR MAIS BEM TREINADOS E ARMADOS QUE ESTEJAM — NÃO IMPEDIRÃO A UMA NAÇÃO QUANDO ESTA DECIDE MUDAR AS ORDENS”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Antônio Anibelli, por quem eu nutro uma grande simpatia e dispenso as melhores considerações, meu amigo, particular, há 20 ou 30 dias, naturalmente com a melhor das intenções, com o mais puro dos propósitos, veio a esta Casa com uma sugestão para que a “Ilha das Cobras”, em Paranaguá, fosse novamente transformada em presídio.

Outrora serviu a Ilha das Cobras para abrigar menores delinqüentes, que de quando em vez punham a cidade de Paranaguá em polvorosa. Nas fugas que eles tentavam, muitas vezes conseguidas, chegaram em Paranaguá, assaltavam e faziam miséria.

O Deputado Antônio Anibelli, evidentemente querendo buscar uma solução para o problema dos encarcerados, sugeriu que aquela ilha voltasse a ser um presídio; e hoje de homicidas, de assaltantes e de outros marginais que por aí perambulam, pelas nossas penitenciárias.

A cidade de Paranaguá recebeu sobressaltada a intenção do nobre Deputado. Vários pronunciamentos na Câmara Municipal de Paranaguá, de Vereadores do PMDB e do PDS, Clubes de Serviços e vários segmentos da sociedade, pronunciaram-se contrariamente.

Os jornais da semana passada estamparam em manchetes, dizendo que o Deputado reconsiderasse, pedindo que ele reconsiderasse esta sua iniciativa.

E venho hoje, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados pedir ao Deputado Antônio Anibelli que, atendendo uma solicitação deste Deputado que muito o preza — e ele sabe que é uma grande verdade a amizade que nos une, por muito tempo. Sou amigo de seu pai e amigo dele.

Peço então, encarecidamente, ao Deputado Antônio Anibelli, que reformule, que retire, que bloqueie, que obste aquele requerimento por ele redigido, pedindo a quem de direito, por que a Ilha das Cobras está muito próxima de Paranaguá. Está apenas a dezesseis milhas marítimas de Paranaguá. Com o baixio do perigo, que facilita a fuga de marginais que possam para lá, se locomover.

Então, Paranaguá, a tricentenária cidade do nosso Estado,

onde iniciou a civilização e a cultura do Paraná, sente-se atemorizada e preocupada; eu, como parnanguara, nascido naquela cidade, peço ao Deputado que reformule e que deixe sem efeito a sua iniciativa.

Certo que contarei com a estima e compreensão do Deputado, antecipo agradecimentos, e ao Sr. Presidente e Srs. Deputados, que tiveram a gentileza de ouvir.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Falei, recentemente, da situação administrativa de Formosa do Oeste, neste Estado, onde o Prefeito do PMDB, Ney Camargo Machado, pagou com dinheiros públicos, despesas particulares feitas quando ainda sequer tinha assumido a chefia do Poder Executivo.

A Câmara Municipal de Formosa do Oeste, numa atitude imparcial e honesta, recebeu a denúncia formulada, mas a remeteu ao Juízo da Comarca, pois, em longo e bem fundamentado Despacho, entendeu o Presidente do Poder Legislativo local que o fato, em tese, representava crime de alçada comum, previsto no artigo primeiro, inciso I, do Decreto-Lei número 201, que prevê a responsabilidade dos prefeitos quando se apropriem ou desviem, em proveito próprio, bens ou rendas públicas.

Decorridos alguns dias, o feito foi encaminhado ao Promotor de Justiça.

Hoje existe um clima de expectativa em Formosa do Oeste e ao Poder Judiciário está entregue a importante missão de apreciar um dos fatos mais graves ocorridos naquela cidade.

Quando o sistema revolucionário outorgou ao Poder Judiciário o julgamento de Prefeitos e Vereadores que malversassem os dinheiros públicos, objetivou colocar o bem público acima das disputas políticas, pois o magistrado, segundo Hauriou, está acima das paixões desde que goza de independência suficiente para decretar a prisão dos fariseus ou afastá-los de suas funções.

Provei, com a Nota de Empenho número 237, da Prefeitura de Formosa do Oeste, que Ney Camargo Machado, Prefeito Municipal, creditou-se em alta soma pela participação em Congresso, realizado em Curitiba, quando ainda não se encontrava no exercício das suas funções.

Impossibilitado de justificar o indefensável, o Prefeito de Formosa do Oeste anunciou — e de modo reprovável — que nada lhe aconteceria, porque o Promotor da Comarca era seu amigo.

O representante do órgão do Ministério Público, entretanto, numa atitude que só dignifica a nobre instituição a qual pertence, declarou o seu impedimento e assim passou a representação para um substituto que, ainda, será designado pelo Procurador Geral da Justiça. Embora o titular deste órgão exerça uma função técnica, não se pode dizer que não o faça em comissão, pois é pessoa ligada ao partido político da Situação. Nem por isso, podemos deixar de acreditar em Sua Excelência, por isto temos a certeza de que agirá com rigor, pois, uma das metas do PMDB, e sobre a qual montou toda a sua vitoriosa campanha, foi a moralização da coisa pública. Hoje, até, anuncia-se que será constituída uma entidade de sindicância, com o fito de apurar eventuais deslises praticados em outra gestão. Melhor será, entretanto, que desde logo comece o Governo a limpar-se internamente, pois o Prefeito de Formosa do Oeste pertence ao PMDB.

Indignados com a desfaçatez daquela autoridade, pessoas influentes da região consultaram, em Curitiba, o ilustre advogado, Dr. Osmann de Oliveira, profundo conhecedor do direito penal e administrativo para examinar a representação formulada contra Ney Camargo Machado. E sabe-se que ele já emitiu o

Parecer sobre a situação, podendo-se afirmar até que o Prefeito de Formosa do Oeste cometeu o delito de peculato.

Nesta semana ainda, aquele causídico irá a Formosa do Oeste, na certeza de que a Justiça agirá com rigor.

A Câmara Municipal está sendo solicitada a tomar outras medidas. Os seus dignos Vereadores, entretanto, ponderam com sobriedade, pois aguardam o pronunciamento da Justiça e esta não se fará tardar.

Desta tribuna, apelo ao Procurador Geral da Justiça, no sentido de que indique, o quanto antes, um Promotor para acompanhar o feito e, ao mesmo tempo, transmito ao Chefe do Ministério Público a minha confiança, assim como resguardo igual fé no pronunciamento do Judiciário".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faz hoje 256 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo continua preso no Ahú, condenado com base na espúria Lei de Segurança Nacional. (Lê):

"Desejo registrar desta tribuna, Sr. Presidente, a minha solidariedade ao projeto apresentado há dias, na Câmara Federal, pelo Deputado Rubens Bueno, determinando o pagamento de indenizações aos municípios que tiveram terras alagadas com a construção de Itaipu.

O projeto daquele ilustre Deputado do PMDB, dispõe que a indenização será de cinco décimos por cento do faturamento anual daquela binacional, vigorando por dez anos, a partir do ano civil subsequente ao início das operações comerciais da usina.

Dispõe ainda o projeto, Srs. Deputados, que a indenização aqui referida, será semestralmente depositada em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do Governo do Estado, devendo ser aplicada de conformidade com um plano de investimentos a ser aprovado por esta Assembléia.

Esta iniciativa do Deputado Renato Bueno, por determinação regimental, deve ser votada juntamente com o projeto apresentado anteriormente pelo Deputado Hélio Duque, este bem mais abrangente, que dispõe sobre o pagamento de "royalties" de Itaipu ao Paraná.

O que demonstra, Sr. Presidente, que os representantes do PMDB no Congresso Nacional, honrando os mandatos que receberam do povo, estão atentos aos graves problemas econômicos e sociais do Estado e procurando caminhos e soluções para resolvê-los.

Todos sabemos que os Senadores Leite Chaves, José Richa e agora Álvaro Dias, abordaram a problemática de Itaipu com frequência, exigindo da União as compensações financeiras que o Estado tem direito, para reparar ao menos em parte os incalculáveis prejuízos causados por Itaipu.

Na semana passada, Srs. Deputados, o Senador Álvaro Dias defendeu a criação de um "Fundo de Desenvolvimento Regional", destinado a beneficiar as micro-regiões atingidas por Itaipu, através de projetos agropecuários, industriais e de infraestrutura, visando a geração de empregos, o aumento da produção agrícola e a melhoria de qualidade de vida das populações.

Infelizmente, Sr. Presidente, ao contrário do que ocorre nesta Casa, onde a bancada do PDS tem pugnado ao lado do PMDB, exigindo o que temos direito, na Câmara Federal nenhuma voz do partido majoritário se levantou até hoje, em defesa dos interesses do Estado, pelo menos em relação às injustas e draconianas relações da União com o Paraná, na condução de sua política energética.

O silêncio e a omissão têm caracterizado a atuação dos Deputados Federais do PDS do Paraná em relação a esta

questão de tão magna importância.

De nossa parte, lamentamos que assim seja e mais uma vez apelamos aos nobres Deputados do PDS com assento nesta Casa, que intercedam junto aos seus correligionários na Câmara Federal, para que cerrem fileiras em torno desta causa paranista, que obviamente está acima dos interesses partidários.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Apelo ao Governador José Richa, para que tome medidas práticas e urgentes no sentido de dotar o Município de São José dos Pinhais de policiamento civil suficiente, bem como de material necessário para o bom desenvolvimento do serviço de segurança.

O Município de São José dos Pinhais, hoje praticamente ligado a Curitiba, arrecada mensalmente uma soma considerável para o FUNRESPOL e conta com somente duas viaturas policiais, sendo que as mesmas estão danificadas e sem condições de uso. Por outro lado, apenas 12 policiais civis estão lotados no município, para atender uma população de 120 mil pessoas.

Esses policiais, divididos em grupo de três, estão prestando serviços 24/48 horas. Embora toda a boa intenção desses policiais, é impossível atender só as ocorrências normais, quanto mais deter o nível assustador de violência que vem tomando conta de toda a região metropolitana e, conseqüentemente, de São José dos Pinhais.

Como exemplo da impossibilidade daqueles policiais combaterem o crime, no correr desta semana, por engano, foi acionado o alarme da agência do Banco do Brasil. Os policiais para se locomoverem até a agência, foram obrigados a utilizar um veículo de um cidadão que estava na delegacia, dando queixa de um assalto.

Nesta semana, visitei a Câmara Municipal de São José dos Pinhais, onde o Vereador Dirceu Précoma, Primeiro Secretário, relatava em plenário as dificuldades quanto ao setor de segurança naquele município para combater o crime, e pedia providências urgentes por parte do Governo, para que o problema fosse sanado. O apelo do Vereador foi apoiado pelo Presidente daquela Casa de Leis, Iwerson Chiamuratto.

Como estávamos presentes à sessão, os vereadores, embora sendo do PMDB, solicitaram que através da tribuna da Assembléia Legislativa, fizessemos um apelo urgente ao Governador, para medidas ainda mais urgentes e práticas.

E nós faremos tantos apelos quantos forem necessários, até que o problema seja resolvido, e a população de São José dos Pinhais seja atendida”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

(Lê): “Assistimos, diariamente, a uma escalada de violência, de destruição, de medo e de fome, de desajustes sociais, nos quatro cantos do mundo.

O homem, não somente assiste passivamente, mas participa ativamente dessa avalanche que se dirige contra ele próprio, contra a sua sobrevivência, a sua vida e a de seus descendentes.

São as lutas da libertação que levam a uma verdadeira carnificina, os países da América Central, onde jovens e crianças, guerrilheiras, se debatem com as forças militares, subvencionadas por nações interessadas no fortalecimento das suas

indústrias bélicas. São a miséria e os governos militares nos países da América Latina. São as infundáveis guerras no Oriente Médio, onde os povos, em nome de deuses e de religiões, provocam o extermínio de milhares de pessoas inocentes. É a corrida armamentista, onde a sede de poder e a demagogia polarizam as duas mais poderosas nações, que levam em sua esteira outros países a se afundarem economicamente, na dependência e nos gastos com armamentos, enquanto os homens morrem de fome, de frio, de doenças curáveis, num total abandono.

Temos assistido o crescimento desenfreado da produção de armas nucleares, os desperdícios inúteis de países do Terceiro Mundo, na tentativa de competir com o poderio militar das nações desenvolvidas, numa insanidade que não se consegue explicar.

Vivemos num mundo em estado de guerra permanente: a guerra das armas nucleares, das ameaças radioativas, dos golpes militares, do totalitarismo das esquerdas e do massacre econômico do mundo capitalista, da corrupção em todas as escalas e em todos os níveis, da sofisticação dos serviços secretos, das torturas e perseguições políticas, da falta generalizada de alimentos, do crescente aumento da fome, das doenças, da miséria e do analfabetismo, gerados pelo aumento também crescente do desemprego e das injustiças sociais. Vivemos num mundo em decomposição, pelo aumento do tráfico de drogas, da mortalidade infantil, da poluição, da devastação e da depredação, das neuroses e violências nas grandes cidades. Finalmente, podemos dizer, que o homem não vive, não convive, não ama: conduz o mundo para a degradação e para o extermínio, envolvido que se encontra com os mais variados tipos de guerra, de violência e de ambições.

É este o triste e estarrecedor legado que passaremos às gerações futuras. É esta a dolorosa herança que os nossos filhos e netos receberão de nós: um mundo de incertezas e inseguranças, prestes a explodir. Um mundo onde a mentira, o desrespeito, a ambição, a corrupção, o medo, o ódio, competem, desproporcionalmente, com a justiça, a fraternidade, a paz e o amor, minoritários nos corações dos homens.

Srs. Deputados, sabemos do caos político, econômico e social que domina o nosso planeta. É óbvio, não seremos nós que mudaremos esse todo. Não seremos nós que transformaremos essa realidade, terrivelmente desalentadora, por outra, ideal.

Mas, se não podemos mudá-la no todo, temos a obrigação de participar mais ativamente e conscientemente, daquela minoria que luta por mudanças justas, daquela minoria que ainda tem esperanças, que ainda tem ideais, que ainda compreende, que ainda ama e sonha com um mundo de entendimento, de paz e de progresso voltado para o bem-estar da humanidade.

Podemos dar a nossa parcela de contribuição para melhorar a sociedade. Nós, como legisladores, como representantes de uma parcela da população brasileira e como representantes do povo do Paraná, temos o dever indeclinável e indelegável de contribuir para a diminuição das frustrações, dos desenganos, das desilusões, da fome e das misérias acumuladas pelo povo do Paraná e do Brasil, na somatória de tantos desgovernos que exploraram e sacrificaram o povo brasileiro.

Mas nós, ilustres Deputados, o que temos feito, aqui, como legisladores? O que temos feito como representantes deste povo que nos ouviu e nos elegeu? Vamos pensar, vamos refletir, diariamente, sobre as nossas ações, as nossas atitudes, as nossas palavras, nesta Assembléia. A crise pela qual passa o nosso país e o drama em que vive o nosso povo, exige de nós mais seriedade e responsabilidade. Se assim o fizermos, restauraremos com certeza, a credibilidade e respeitabilidade do Poder Legislativo. Caso contrário, soçobramos com ele no mar da desilusão, aprofundada e por nós alimentada, do povo paranaense, e seremos julgados pela história como “um zero à esquerda da vírgula”.

Plenamente convicto, afirmo-lhes que o Poder Legislativo não readquirirá o seu prestígio, respeitabilidade e credibilidade, enquanto não reconquistarmos as prerrogativas parlamentares que a Revolução nos cassou a pontas profundas de baionetas. Urge retomarmos esta luta. Urge restaurarmos a função do Deputado, com todas as prerrogativas para que possam legislar, para que possamos satisfazer a uma crescente expectativa popular de melhoria social, e para que não continuemos a assistir, neste Parlamento, discussões às vezes até acirradas, mas que não levam absolutamente a nada, porque discutimos os efeitos e não as causas, porque discutimos erros sem apresentarmos soluções.

Assim, Srs. Deputados, estamos ludibriando a nós e ao povo do Paraná, que dia a dia encontra mais dificuldades para sobreviver; para proporcionar um mínimo de bem-estar às suas famílias. Por que? Porque em todo o Brasil, e o digo por analogia, não discutimos as causas reais dos problemas, mas fazemos um verdadeiro carnaval em cima dos efeitos.

Nosso processo de formação cívica e democrática foi violentado nos últimos cinquenta anos por golpes, ditaduras, quarteladas, revoluções e guerras. Revoluções de 1929, 1930, 1932; golpes de 1937; guerra mundial de 1939 a 1945; ação de guerrilheiros no Araguaia em 73, pressão violenta e crucial de todos os governos do golpe de 64.

Foi nessa tempestade de ambições políticas que a nossa geração viveu e vive. Foi no brado terrificante da voz de comando do autoritarismo que a nossa juventude forjou o seu caráter, a sua cultura, e alimentou seus sonhos. A nossa bandeira foi soprada pelo vento do terror, e recebeu suavemente a brisa dos que geraram nos cárceres ou morreram nas prisões.

Trazemos, na retina, a última imagem e nos tímpanos, o lamento sentido de Sete Quedas morrendo. Somos a geração da depredação. Somos uma geração depredada.

Somos a transição política entre os fatos consumados e a expectativa de dias melhores.

É preciso darmos um ânimo novo, uma força maior à luta que pode nos devolver nossas prerrogativas, nossas verdadeiras atribuições: UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, para assim deixarmos, de uma vez por todas, de criticar sem solucionar, de debater sem esclarecer, e vermos os nossos debates e críticas esbarrarem no nada, na impotência de uma Casa de Leis dependente, inoperante e estéril.

Vejam os Srs. mais um fenômeno de profundas consequências sociais atinge a nossa sociedade: a crise do desemprego, vinda na esteira dos graves problemas de ordem econômica que assola o País. Enquanto milhares e milhares de trabalhadores, de operários de todos os matizes se vêem na insegurança e no desespero de perder seus parcos salários, de ficarem sem um mínimo para o sustento de suas famílias; nós, Deputados, entramos em uma verdadeira guerra campal dentro desta Assembléia, e nada resolvemos, nada fazemos para dar um um pouco de esperança a essa gente, a nossos irmãos que acreditam em nós, em nossas palavras e em nossas promessas.

A juventude, na busca natural da ascensão social e cultural procura a escola e se defronta com outro grande problema: o problema da educação. Não apenas os problemas de metodologia educacional, mas principalmente, das profundas dificuldades e para muitos insuperáveis dificuldades de se manter na escola por absoluta falta de dinheiro. Hoje, mais do que ontem, o ensino é comercializado: os lucros, a preocupação maior. O saber, para eles, não importa. As mensalidades, ou semestralidades, estão causando o abandono escolar por total incapacidade de pagá-las, multiplicando as frustrações, a rebeldia, a marginalidade e o analfabetismo.

O ensino oficial, subjugado ou anestesiado pelo império do domínio do ensino particular, com as suas publicitárias campanhas em jornal, rádio e televisão, já não mais atrai a maioria dos jovens, nem cobre as necessidades educacionais da

juventude brasileira.

Como consequência dessa questão, estão aí, nas ruas, nas nossas vistas, os pequenos marginais, os menores carentes e abandonados, os perigosos bandidos de amanhã. Questão de segurança ou de educação? Questão de fome ou de alimentação?

É uma questão econômica e social para a qual a sociedade responde com precários sistemas carcerários, com institutos de recuperação de menores, com policiamento arbitrário e violento, com a odiosa discriminação social. Onde a palavra amiga, onde a lei que lhes assegure o direito de ir à escola e ao trabalho? Onde a lei que lhes garanta vida, vivida com dignidade, por lhes assegurar o salário justo e a ascensão cultural?

A juventude precisa ter o seu tempo livre e o seu espaço para não colocar na cabeça uma idéia de violência ou nas mãos um coquetel "molotov".

Nós, Srs. Deputados, temos a responsabilidade indelegável de nos aprofundarmos nesses problemas, em busca das soluções.

Temos assistido, de braços cruzados, o grave problema do êxodo rural. Pequenos agricultores sem terra, engrossando as fileiras da fome e da miséria nas grandes cidades que nada têm a lhes oferecer, senão desilusão e violência. Discutimos a questão do camponês sem terra, dos milhares e milhares de bóias-frias de nosso Estado; do drama dos posseiros, enquanto grandes latifundiários concentram em suas mãos, a riqueza e a exploração.

Discutir, de nada adianta. Constatarmos aqui sentados, engravatados, discursados, sem nada fazer para modificar essa situação, não é a função que nos foi outorgada por toda essa gente que sofre e que traz na face, vincada de sofrimento e desilusões, a centelha, ainda viva, da última esperança.

Nós ainda vivemos à época dos grandes discursos, do br-lho da tribuna, a pompa do plenário nos envolve emocionalmente e nos leva a verdadeiros duelos de palavras difíceis, bilhantes e inúteis, temos praticado o exercício do esnobismo. Temos desfilado nessa paralela a nossa inoperância. Temos instigado brigas e discussões, partindo para a agressão e ameaças físicas, numa demonstração de imaturidade para o cargo que ocupamos.

Mas, a única coisa que não temos feito, é posicionarmos este caso no respeito e admiração daqueles que nos elegeram.

A cada dia, nosso povo torna-se mais pobre, mais desntrido, mais subdesenvolvido frente a povos mais modernizados, e nós não temos feito nada, contribuído em nada para melhorar esse quadro.

É por isso, Srs. Deputados, que está mais do que na hora de repensarmos o nosso papel, nossa função aqui dentro, antes que o descrédito do Poder Legislativo torne-se irrecoverável, ou que dificultemos ainda mais essa tarefa para os Deputados que nos sucederão. Ainda há tempo para assumirmos a pele dos que nos elegeram, acreditando em nós e fazermos por eles, o que esperam de nós.

Srs. o quadro é da mais grave seriedade. A pátria está sendo negociada lá fora, por incompetência e imprevisão. O Brasil foi transformado em esmoler e pedinchão. Estamos vivendo de "vales" concedidos pelo FMI, e pela rede bancária internacional, enquanto aqui dentro a LIBERDADE e o bem estar de nosso povo esbarra na inadimplência social do BNH está congelada na grampeação telefônica, se estilhaça na Lei de Segurança Nacional, ameniza-se no achatamento salarial, agoniza nas anuidades escolares, ou falece, atropelada por um simples carrinho de supermercado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Alencar Furtado, o discurso que Vossa Excelência faz na tarde de hoje, realmente é importante, pela profundidade, pelos vários aspectos que Vossa Excelência analisa, quanto à situação que hoje vivemos.

No tocante ao ensino, é realmente preocupante: o custo, hoje, para que uma pessoa consiga terminar o curso universitário, é quase proibitivo à maioria da nossa população. Nós sabemos que hoje, um aluno do curso pré-vestibular paga quase Cr\$ 20.000,00 de mensalidade, fica um ano todo cursando o famoso cursinho que chega a ser, somente, uma indústria de ensino, e nada de proveitoso leva a nossa juventude.

Quero também parabenizar Vossa Excelência pela luta, pela valorização do Poder Legislativo, porque somente assim teremos a redemocratização efetiva do nosso País.

Meus parabéns, nobre Deputado, e continue nessa linha que muito brilha e que muito traz à nossa bancada, a bancada do PMDB, nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que vem enriquecer, sem dúvida nenhuma, o nosso modesto pronunciamento.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Agradeço, nobre Deputado Alencar Furtado, e posso de certa forma imaginar como Vossa Excelência se sente.

Vossa Excelência que chegou a esta Casa, nesta Legisatura, e que também participa agora, juntamente conosco, da angústia desta insatisfação coletiva que todos nós sentimos, por essa sensação de impotência que temos, não só em função da falta de prerrogativas do Poder Legislativo, mas, muito mais, talvez, pela incapacidade de gerência da classe política como um todo, na solução dos problemas estaduais e nacionais.

E digo a Vossa Excelência isto, porque eu também já tive o meu Partido, a ARENA à época, e o PDS, como executivo no Estado, e senti-me muitas vezes um marginalizado, um não partícipe do processo executivo estadual.

E Vossa Excelência vê como é difícil, Deputado Alencar Furtado? Vossa Excelência que tanto lutou por uma mudança, em termos administrativos no Paraná, e que agora vem à tribuna num desabafo amplo, geral e irrestrito, não só no caso do governo paranaense, mas no caso do consenso da política nacional. E Vossa Excelência vê, Sr. Deputado, a dificuldade que é a Administração Pública? Eu, lamentavelmente — não por ser oposicionista, não por ser homem do PDS, mas sim, por ser um crítico, por ser um homem que está preocupado com o destino do Paraná, com o bem estar de sua população — verifico, nós verificamos que, o Governo que veio com um “slogan” um dos mais famosos dele, talvez, “Ou Richa ou fica como está”, e vemos hoje, depois de mais de seis meses de vitória do seu partido, mais de três meses de exercício efetivo do Governo Estadual, que nada mudou, Sr. Deputado, nada mudou, e eu tenho as minhas dúvidas se alguma coisa vai mudar, porque, dentro da estrutura que estamos hoje, cerceados por ela, que é a estrutura fundiária, a estrutura administrativa, a estrutura tributária deste País, um governo só vai se distinguir do outro pela maior ou menor eficiência administrativa. Porque não podemos esperar, nem Vossa Excelência e nem nós, nenhum milagre para a solução dos problemas do Estado do Paraná.

Eu compreendo e participo com Vossa Excelência da sua angústia de ver que os problemas se avolumam, que as dificuldades crescem e que, lamentavelmente, os problemas do povo, as soluções para a nossa gente ficam cada vez mais difíceis e mais distantes.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Gabriel Sampaio que reflete, sem dúvida alguma, a insatisfação geral de todos nós, mas desejaria que fosse detectado no meu pronunciamento o apelo que faço a todos nós, Deputados, para refletirmos as nossas posições,

para refletirmos a nossa atuação e sobre o trabalho que desempenhamos neste Parlamento, onde muito mais poderíamos fazer e estamos fazendo muito aquém das nossas possibilidades.

Os problemas estão aí colocados para nós tentarmos solucionar, para discutirmos estes problemas e apontarmos os caminhos que pelo menos amenizem a situação do povo do Paraná.

É esta a simbologia maior do meu pronunciamento, — é de que o povo que nos elegeu não vai pretender continuar a ouvir lamúrias, mas sim querer ver trabalho, e isto temos que fazer.

Obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente desejo agradecer e o faço em nome da bancada do PMDB nesta Casa, ao Deputado Donato Gulin, que em seu pronunciamento no Pequeno Expediente, fez uma radiografia extraordinariamente fiel do descalabro que havia na administração da polícia, em São José dos Pinhais, herdada pelo atual governo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho assistido Parlamentares da Oposição nesta Casa, afirmarem constantemente que o que se instalou neste Estado em 15 de março, fruto das eleições últimas, foi uma situação de desgoverno.

Tenho ouvido aqui, afirmações de que o Governo José Richa não possui plano, não possui programa, não tem projetos. E eu quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, afirmar que o que se instalou em 15 de março é um governo. Um governo que tem planos e que está a elaborar programas e projetos, para poder atender os objetivos fixados em suas diretrizes.

E eu trago aqui exemplos que quero iniciar nesta Casa, alto debate sobre os programas de governo. Digo, no entanto, para iniciar esta minha peroração, que precisamos ter uma linguagem comum e isto me obriga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem querer adotar aqui uma situação de professor, um “ar de professor”, mas devemos compreender que, desde que o PMDB se preparava para a conquista do Poder, o Partido houve por bem estabelecer um grupo de trabalho para iniciar a inauguração de um plano — um plano de governo.

E recordo-me de reuniões havidas no Partido para montar uma estrutura de pessoal, preocupada em estabelecer um Plano de Governo para o PMDB do Paraná, e eu participei na montagem dessa estrutura de pessoal técnico para elaborar o que se convencionou chamar as Diretrizes do Governo, e ninguém pode ignorar isto, porque isto foi debatido a nível de partido, foi debatido a nível de sociedade organizada e estruturada.

E eu tenho aqui, apenas para lembrar um resumo das diretrizes gerais que foram levadas ao povo, que foram aprovadas pelo partido e isto aqui é um resumo: um resumo de cerca de oitocentas páginas. É o conjunto de diretrizes globais que foram caladas num diagnóstico da situação do Paraná: diagnóstico imperfeito, como de resto é facilmente perceptível por todos aqueles que têm bom senso, porque nós da Oposição ao governo de então, não tínhamos acesso a todas as informações necessárias para elaborar um diagnóstico mais preciso, sem nunca desejarmos porque isto é impossível estabelecer um diagnóstico altamente preciso.

E, dessas diretrizes globais e gerais nasceram as diretrizes setoriais, que tenho aqui apenas para mostrar aos que não conhecem: as diretrizes da política agropecuária, de política de educação, de política de saúde, de política de justiça, da política de segurança pública, da política do meio ambiente,

da política fiscal, da política de minas e energia, da política econômica, de política de transporte, de política de educação e cultura e outras que a minha coleção está desfalcada.

E eu vou me deter, Sr. Presidente, no passo seguinte, que é a programação: é transformar essas diretrizes. Sr. Presidente, num programa de trabalho e num projeto e em projetos.

E trago, Sr. Presidente, para iniciar um trabalho aqui da tribuna desta Casa, sem que tivesse sido solicitado, e eu faço como Deputado do Governo e também como Deputado do PMDB, e isto porque sou o co-responsável pelas mudanças que o Deputado Gabriel Sampaio ainda não sentiu, mas que vamos explicitar, com vagar, sem pressa.

E diria agora num "parêntesis" que hoje eu evitei que os novos postos de bancas de jornais e revistas fossem distribuídos pelos métodos do ano passado. Concorrência que até Deputados desta Casa, do PMDB, ganharam concorrência para revender e não deixamos que isto se concretizasse; é uma mudança.

As bancas de jornais e revistas serão oferecidas a deficientes físicos e a outros tipos de deficientes como os surdos-mudos, sem concorrência, com uma triagem porque a Prefeitura não é o órgão para fazer e permitir comércio.

Mas volto, Sr. Presidente e escolhi nesta oportunidade, o setor energético: diretrizes de Minas e Energia. Aqui estão as diretrizes de Energia, e aqui está um documento preliminar relativo ao programa que só pode ser estabelecido depois que se começa as limitações que os órgãos que deverão implementar a política respectiva, possam apresentar. Limitações no que tange à própria instituição. Limitações no que se refere a pessoal técnico e administrativo, limitações no que se refere aos recursos financeiros e limitações no que se refere a recursos materiais.

Oitenta dias, menos até — porque o Governo vai fazer oitenta dias no dia 15...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — ... a COPEL, sob a nova orientação não tem oitenta dias, pois ela já fez um levantamento dos recursos materiais de que pode dispor, dos recursos financeiros de que vai poder dispor, da estrutura institucional de seu órgão e também da estrutura de seu pessoal, e já apresentou um documento preliminar, mostrando a programação da COPEL para este segundo semestre de 83, sem entrar ainda na programação relativa a 84, 85 e 86.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Continuarei, Sr. Presidente, mas não posso, por dever de justiça, deixar de conceder aparte aos que estão me solicitando.

Pediria encarecidamente que fossem breves, e que não fugissem do assunto, para que eu possa inclusive, neste horário de liderança, terminar com toda a apresentação desta programação para 1983, da COPEL.

Dou o aparte, e permitiria, Deputado Mário Pereira, numa homenagem à bancada da Oposição, dar preferência ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Obrigado, Deputado Adhail Sprenger Passos.

Louvo a atitude de Vossa Excelência desta tribuna, na tarde de hoje, e digo a Vossa Excelência que faço alguns pequenos reparos.

Com relação à Prefeitura, sem dúvida alguma, sem comentários, Vossa Excelência está com inteira razão. É uma mudança que aplaudimos em pé. Com relação aos oitenta dias de Governo José Richa, temos um novo cálculo a ser feito. A vitória foi em 15 de novembro. Fazem mais de seis meses que o Governo está entregue formalmente às mãos da Oposição.

Em segundo lugar, até há pouco tempo atrás, nem os cargos tinham sido todos preenchidos sequer. Esta alegação de que o próprio Governador fez na televisão, há pouco tempo atrás,

de que está há poucos dias, não procede.

Em terceiro lugar, só para ser bem rápido, Sr. Deputado Adhail Passos, o Secretário do Planejamento do seu Governo que é um homem altamente capaz, gabaritado, inclusive internacionalmente, é um homem que pode ser o elemento-chave o planejamento, é um homem que participou de um Governo anterior, do Sr. Jayme Canet, um homem que tem afinidade e tem o trato das coisas públicas do Paraná com muita competência, porque esteve participando ativamente como Secretário de Governo da então ARENA, como auxiliar de Jayme Canet Jr. Portanto a nossa cobrança não é nossa. É a cobrança que o Paraná está fazendo em função da expectativa que foi criada através de uma campanha calorosa nos palanques políticos. Uma campanha que foi, muitas vezes, feita talvez sem o devido lastro técnico e baseado no orçamento, que é uma peça também de conhecimento público e que os técnicos do PMDB poderiam analisar com bastante antecedência.

É esta a cobrança que temos feito. Esperamos com muita fé, com muita expectativa, igual à do povo do Paraná, que realmente agora, através de sua palavra na tribuna, comecemos a ter conhecimento explicitado dos programas a que o PMDB tanto falou e tanta expectativa criou em torno destes objetivos e ideais.

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e responderei brevemente.

Pouco tempo, sim senhor. Oitenta dias é pouco tempo e tem razão, portanto, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência, Deputado Adhail Sprenger Passos...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Um momento, por favor, Sr. Deputado, daqui a pouco Vossa Excelência vai querer que eu, que já exerci a função igual ou semelhante, a que exerce hoje o Secretário Belmiro, num passado até remoto, vai servir de alegação para dizer que se conhece a realidade do Paraná de hoje.

Em terceiro lugar, eu diria a Vossa Excelência que, conhecer a Proposta Orçamentária aprovada por esta Casa é uma coisa; conhecer a realidade do Orçamento, há três meses e meio de gestão, é outra. E esta realidade de aplicação orçamentária, nós só tivemos conhecimento depois da posse do Sr. Governador José Richa.

Mas continuo, Sr. Presidente...

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Deputado Adhail, de 64 para cá, os Presidentes da República na realidade não têm condições de presidir o País. Tanto é que a figura do super-Ministro sempre se fez presente em todos esses governos, de 64 para cá.

Há super-ministros. Por que não há o SUPER-MINISTRO que seria o Presidente da República, que conhece a realidade do País, que é um político que consegue comandar o Ministério?

Portanto, a política do Governo acabou sendo feita pelos ministérios, que também ocupados por homens sem experiência política, na maioria das vezes, sem sensibilidade social, que acabou a política dos ministérios sendo elaboradas pelas estatais.

E as estatais, por sua vez, então, cada uma buscando seus interesses próprios limitados na exploração econômica da atividade a que estava afeta aquela empresa, e, portanto, o Governo da República acaba sendo administrado pelos interesses comerciais dessas empresas.

Aqui no Paraná, Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, as nossas empresas são subprodutos desse regime. São um exemplo caro aqui na nossa terra, do que é o regime de 64. Aqui, vemos a COPEL brigando com as Cooperativas de Eletrificação Rural, assim como a PETROBRÁS procurou acabar com o

PRÓRURAL; aqui vemos a CAFE DO PARANÁ, só se preocupando em alugar máquinas o mais caro possível, assim como o Ministério de Minas e Energia sempre brigou com o Ministério da Agricultura. E através do BENAI, que é um órgão do Ministério das Minas e Energia, procurou também acabar com as cooperativas de eletrificação rural, que são ligadas ao Ministério da Agricultura.

Sr. Deputado Adhail Passos, por isso acho importante hoje Vossa Excelência da tribuna fazer a defesa do Governo José Richa, das metas e do plano de governo.

Hoje já participei em reunião, juntamente com a PORTOBRÁS, com a Rede Ferroviária Federal, com a Secretaria dos Transportes e com a COPEL, em que está a Secretaria dos Transportes dizendo à COPEL o seguinte: — se o quilowatt, instalado no Rio Ivaí, custa 800 dólares, enquanto no Rio Iguaçu custa 500, esses 300 dólares de diferença a COPEL não pode, como sempre pensou, imaginar que o negócio dela é somente vender e comercializar energia elétrica; portanto, ela vai fazer a usina no Rio Iguaçu, porque ela é prioritária, pelo preço, e sim, a COPEL, sendo empresa do Governo, do povo, tem que pensar — quem sabe não seria melhor para o Paraná — em fazer usinas um pouco mais caras, no Rio Ivaí, mas tornando o Rio Ivaí, por exemplo, uma hidrovia de capital importância para o Estado do Paraná, mormente agora que o Rio Tietê passa a ser navegável.

Esta é a estrutura que o PMDB encontrou aqui no Paraná; as empresas continuam exatamente iguais, no mesmo espírito que norteia todas as estatais de 64 para cá. É uma luta muito grande para que elas assimilem uma nova filosofia de governo.

Felizmente, estamos já sentindo isso na COPEL. Felizmente, estamos sentindo isso na SANEPAR também. Que vão se preocupar com o aspecto social e não somente com o aspecto mercantilista porque se assim fosse, melhor seria que uma empresa particular explorasse o serviço de água e de energia elétrica. Eu acho que o Governo do Estado do Paraná está no caminho certo, mas primeiro precisa mudar a orientação gerada durante vinte anos, de 64 para cá, se criou essa mentalidade errada também, nas estatais aqui do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Mário Pereira.

Mas Vossa Excelência veio antecipar item do programa da COPEL que é justamente na parte de estudos, uma nova filosofia programática, uma nova mentalidade, uma mudança, enfim, de comportamento administrativo.

Vossa Excelência se antecipa ao nosso pronunciamento, e eu pediria até permissão ao Deputado Luiz Alberto, que me permitisse avançar um pouco mais neste nosso pronunciamento, que o tempo é tão restrito e quem sabe haja outra oportunidade de ouvir o aparte de Vossa Excelência.

Se Vossa Excelência insistir.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Ouço Vossa Excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Quería então, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, não vou me deter nas diretrizes gerais que dão vazamento ao programa de trabalho, vou já me situar no primeiro programa, eletrificação rural, e não vou aqui ler as justificativas das medidas, que estão sendo propostas, vou ler apenas a parte programática para 83.

Deverão ser ligadas em 1983, cerca de dez mil novas propriedades rurais, beneficiando diretamente em torno de setenta mil pessoas, mais de oito mil propriedades serão ligadas diretamente pela COPEL e aproximadamente outras duas mil serão ligadas por iniciativa dos proprietários, isoladamente ou mediante cooperativa.

Para tanto, a COPEL irá implantar quatro mil quilômetros de linhas de distribuição rural, o investimento total estimado

da ordem de sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, cuja viabilização depende de um empréstimo parcial no valor de três bilhões e duzentos milhões, solicitados ao Banco do Brasil.

E eu acrescento que nesta construção de quatro mil quilômetros de linhas de distribuição, está sendo estudada a mudança do padrão dessas construções, para que diminuam custos de investimentos.

Vossas Excelências sabem que o padrão Copel é um dos mais sofisticados e a Copel está procurando estabelecer a implantação de um padrão mais compatível com a realidade sócio-econômica deste Estado e deste País.

Por outro lado, muitos desses investimentos, como este da eletrificação rural, são pagos pelos proprietários e o investimento feito ao final de contas serve para aumentar o capital da própria empresa, muito embora o investimento seja feito pelos proprietários, numa atividade, numa forma, até acintosa contra aqueles que colocam recursos financeiros próprios, para engordar o capital social da empresa, isto também vai acabar, se os proprietários rurais investirem com que parcela que seja para a extensão da eletrificação das suas áreas, eles terão a compensação como faz por sinal a Telepar, oferecendo uma compensação, que não se sabe ainda, poderá ser, está em fase de estudos sob a forma de ações da Copel.

Este é um aspecto, Sr. Presidente, o outro aspecto programático, que está neste momento, é o atendimento a pequenas localidades.

Sabemos pelo censo demográfico de 1.980, que a população paranaense se localiza em cerca de 60% em áreas urbanas e ponderável parcela de 60% de população urbana do Paraná está residindo em pequenas cidades, em pequenas localidades e grande é o número dessas pequenas localidades, que ainda não dispõem de serviço público de energia elétrica e a extensão desse serviço de energia elétrica a essas pequenas localidades é uma das múltiplas formas para fazer com que diminua o êxodo para as grandes cidades.

E nesse sentido a Copel pretende fazer não só em 83, mas em todo quadriênio, 49.000 ligações, em localidades com até 5.000 habitantes. E essas ligações serão levadas também a 132 novas pequenas localidades, que ainda não possuem sequer, energia elétrica.

O terceiro programa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a expansão de melhoria do sistema de distribuição. E não vou me deter na leitura das justificativas e quero apenas ficar na apresentação do que se pretende fazer visando essa expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica.

Serão executadas obras para conectar novos consumidores. Em 1983, deverão ser implantados cerca de 1.200 circuito de rede de distribuição com aproximadamente 970 km de linhas de distribuição. Nesse setor, nesse aspecto, estima-se o investimento na ordem de 5 bilhões e 300 milhões, em 83. Procurar-se-á melhorar as condições de operação de distribuição do sistema, efetivando melhorias em 2.200 circuitos de rede de distribuição; melhorias em 690 km de linhas de distribuição. E o Deputado Donato Gulín, que por certo deve ter assistido uma palestra aqui do Deputado Précola que comigo visitou vários bairros de São José dos Pinhais, não mencionou o descalabro que há na qualidade de energia elétrica servindo a área periférica de São José dos Pinhais. E isto é para melhorar justamente uma das grandes deficiências daquela cidade.

Nesse serviço de melhorias das condições de operação do sistema de distribuição, serão aplicados em 83, 5 bilhões e 400 milhões de cruzeiros.

Iluminação pública, a Copel colaborará com as prefeituras na implantação de 17 mil e 900 pontos de luz, estimando-se tais investimentos pelas municipalidades em 470 milhões de cruzeiros.

É um ponto muito importante neste programa, é no que diz respeito às facilidades dos usuários. Pretende a Copel neste 83, implantar o atendimento personalizado em mais 8 cidades. Até hoje existem só 6. Pretende-se até o final do ano que o atendimento personalizado se estenda até 14 cidades.

O atendimento telefônico em mais 4 cidades, hoje só existe em Curitiba.

Cinco novos escritórios volantes, nove novas agências e dezoito novos plantões da Copel. E atendimento de emergência pelo telefone, em todas as localidades onde houver facilidades do serviço telefônico para tal.

Aqui cabe também, recordar o que já afirmamos no início, quando tratávamos da eletrificação rural, a modificação do Padrão Copel e também, a utilização de investimentos privados com a remuneração do investidor e não como é feito hoje, engordando o capital social da própria empresa. É no que diz respeito a essa programação de melhoria e expansão do sistema de distribuição concluo, afirmando que além desses programas antes mencionados buscar-se-á, e isto é muito importante, encontrar o objetivo social relevante, qual seja, que em localidades já atendidas com energia elétrica, serão facilitadas ao extremo as ligações em residências de famílias de mais baixo nível de renda em áreas onde já existe a rede de distribuição. Facilidades que estão sendo estabelecidas em cada caso, para que este bem público, este serviço público não possa deixar de se expandir a todas as famílias, principalmente àquelas de menor renda por isso recursos financeiros serão utilizados com este objetivo, concedendo a Copel às famílias de baixa renda parcelamentos os mais variados no que se refere a prazo, sem correção monetária e sem juros, para que possa, em 83 e anos subseqüentes, beneficiarmos às parcelas de população de menor renda que ainda não possuem o benefício dos serviços de iluminação domiciliar.

Sr. Presidente, o tempo está por se esgotar, eu teria ainda que demonstrar a programação no sistema de transmissão da Copel, e nisso investimentos em linhas de transmissão em subestações, teria que mostrar a programação para aumentar a geração própria da Copel, falando um pouco sobre as usinas. Teria ainda que conversar sobre a energia alternativa como a elétrico termis e o carvão mineral...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência informa a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Encerrando, Sr. Presidente, gostaria de avançar e o farei em outra oportunidade pela programação financeira global para 1983, para que os Srs. Deputados entendam também, há uma mudança de comportamento administrativo, porque se em 83 nós fomos forçados a gastar 45,4 da receita em programa de investimento e 54,6 em serviço de dívida, em 86, invertem-se as posições, vamos gastar mais recursos próprios no programa de investimento e menos no pagamento da dívida.

Era só, por hora, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Gilberto Carvalho, por dez minutos. Antes porém a Mesa registra com satisfação a presença em plenário do Senador da República Álvaro Dias e do Sr. Deputado Federal Santinho Furtado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A preocupação é muito grande em todas as regiões do Paraná com estas chuvas constantes, dizimando as lavouras, levando pontes, e o problema maior deixando os "bóias-frias" sem trabalho.

Srs. Deputados podem avaliar em cada um de seus municípios quantos bóias-frias existem que eles trabalha de manhã para se alimentar à tarde, e que estão há mais de um mês sem trabalho, não tendo conseqüentemente recursos para adquirir alimentação para sua família.

Por isso nós precisamos neste momento, vendo essa dificuldade, o Prefeito vem trazer ao conhecimento do Deputado esses problemas, dizendo que cada um está participando com alguma coisa; e o Deputado vai participar com o quê? Se aquelas verbas do Falácio, que era destinada às entidades as Prefeituras, que muitas vezes se diz "a verba do Deputado", mas que não é verba do Deputado porque ele nem recebe ele, simplesmente, dá um ofício para que seja destinada parte daquela verba a esse ou aquele município, a essa ou aquela entidade e, quando somos procurados, somos obrigados a dizer que não temos condições de liberar nenhum recurso porque o Governo do Estado não colocou à disposição para esse atendimento. O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu compactuo com Vossa Excelência com relação as suas preocupações. Realmente, nós sentindo, especialmente na nossa região do Norte do Paraná, Deputado Gilberto Carvalho, as dificuldades que enfrentam nossas comunidades menores, principalmente, com relação ao bóia-fria, que é o homem que não tem trabalho quando o tempo está chuvoso. Evidentemente, como é um trabalho para comer, o dia de serviço, isso torna-se, hoje, praticamente, impossível. Nós estamos esperando, Deputado, as providências que o Governo Estadual deverá tomar para minimizar, pelo menos, não apenas aguardar providências superiores, mas minimizar, a nível estadual, aquilo que se pode fazer com o tesouro do Estado e com os órgãos que o Estado dispõe...

Mas, com relação às verbas que nós tínhamos, nós — Deputados Estaduais, independentemente de Partido — e que agora não as temos mais, talvez se deva ao Governo da democracia participativa e transparente, do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, e posso afirmar que o Governo quer resolver tudo sozinho, sem depender de quem quer que seja. É preciso que o Governo acorde, neste momento, para que não tenhamos que responsabilizá-lo daqui a poucos dias, por situação mais difícil.

Estou aqui com a Tribuna da Cidade de Apucarana — "Ameaças de saques na região" — mais de mil e quinhentas famílias de bóias-frias do Município de São Pedro do Ivaí, estariam em situação desesperadora a ponto de até realizar saques em comércio local, em busca de alimentos; segundo o assessor de imprensa da Prefeitura de São João do Ivaí, alguns bóias-frias já estão ameaçando saquear estabelecimentos comerciais em busca de alimentos, uma vez que não trabalham há mais de vinte dias, devido as constantes chuvas. Preocupado com a situação, o Prefeito Sebastião Moraes, do PMDB, estabeleceu plano de emergência para fornecer alimentação para parte das famílias, visto ser praticamente impossível atender a todos. A falta de recursos — alega o Prefeito de São João do Ivaí — a Prefeitura através de doações conseguiu trezentos quilos de carne e outros gêneros de primeira necessidade, que foram rateados entre quatrocentas famílias de "bóias-frias". Porém, esses suprimentos são suficientes para poucos dias, e o Prefeito Sebastião Moraes, tenta encontrar outras soluções, não atendendo a todos porque o recurso é muito irrisório.

Eu recebo, agora, também, outro expediente, do Prefeito

de Borrazópolis, Prefeito do PMDB, que está desesperado.

Prezado Deputado:

Borrazópolis está em estado de calamidade pública. O que podemos fazer? Inclusive, acima de nossas possibilidades já foi feito. Duzentas e cinquenta famílias de bóias-frias, sem condição de sobrevivência, chuvas continuam; apelamos para população auxiliar, fomos atendidos; chuvas continuam. Peço, encarecidamente, ao prezado Deputado para que, junto ao Governo do Estado, conseguir o que for possível para necessidade nosso município.

Anexo Decreto n.º 19/83 de estado de calamidade no Município de Borrazópolis.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Jorge Mar a Filho — Queria também parabenizar Vossa

Excelência e me solidarizar com este seu pronunciamento, sendo que nós quase que partilhemos com a mesma região. Estive também na realidade, por dez dias, correndo todos os municípios no qual tivemos o prazer de sermos votados, e o que vimos e sentimos, na realidade, é isso que Vossa Excelência está dizendo. No Município de Apucarana que também está em estado de emergência eis que foi vítima de um temporal inclusive causando mortes a cidadãos, jovens e crianças daquela cidade, nós participamos de diversas reuniões, inclusive em municípios cujos prefeitos pertencem ao Partido da Oposição, e todos eles pediam encarecidamente alguma coisa que o Deputado pudesse fazer por aquele município onde havia sido votado. Na realidade, Deputado Gilberto Carvalho, diversas entidades de classes estão fazendo, elas mesmas, promoções filantrópicas-sociais, arrecadando comida, gêneros alimentícios, agasalhos, para esses "bóias-frias", esses desabrigados. Temos sido procurados, e temos participado, não, com verbas destinadas ao Deputado, mas, com verbas pessoais, nossas, de nossos pequenos recursos, objetivando também acudirlos com alguma coisa.

Então, aqui queremos nos solidarizar ao repúdio ao Governo José Richa, pela discriminação que está fazendo aos Deputados, não mandando essa verba com a qual poderíamos estar auxiliando esses menos favorecidos pela sorte, e essas entidades sociais.

Vou, aqui, endossar as palavras do Deputado Gabriel Sampaio ao Governo do Sr. José Richa, onde só ele e a sua "patrulha" ideológica mandam, e nós, não podemos participar de nada.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu agradeço, nobre Deputado, tenho consciência e sei que Vossa Excelência passou vários dias na região do Vale do Ivaí e sabe o drama que vive aquela região.

É preciso que o Governo lembre que, em todos os municípios, com estas chuvas constantes, à hora em que parar a chuva, além de todo esse atendimento ao "bóia-fria", começa a recuperação das estradas, das pontes, revestimento primário. E com que recursos esses Prefeitos vão recuperar essas estradas? Se ao menos tivessem uma esperança de poderem fazer um empréstimo à antecipação de receita com a esperança de liberação de recursos daqueles previstos, no Banco Mundial, a longo prazo, seria uma esperança. Mas também isto o Governo não quer aceitar, porque não quer a co-gestão da SUDESUL. E até agora, nada decidido! Poderia, se o Governo que é um Governo participativo, encaminhar a esta Casa para que os Srs. Deputados tomassem conhecimento, desses 150 milhões, desses recursos que se pretende distribuir para atendimento aos Municípios, que não é doação, é um empréstimo aos Municípios, a longo prazo, que encaminhasse a esta Casa, aos Srs. Deputados, a relação de Municípios até 50.000 habitantes, quanto seria destinado a cada um desses municípios e como seria feito o pagamento a cada um desses municípios, em uma, duas, três ou quatro parcelas, eu tenho certeza que, a Assembléia Legislativa, através de todos os Srs. Deputados, da Bancada do PDS e

do PMDB, estariam unidos para que fossem liberados o quanto antes, esses recursos para atenderem os Municípios paranaenses.

É preciso que resolva com urgência, para que o Paraná não perca esses recursos.

Há poucos dias já se comentava que, Deputados do PDS não teriam interesse na liberação, que estariam a prejudicar a liberação desses recursos.

Então, vai daqui o nosso apelo:

Que se providencie com urgência, para que o Paraná receba esse dinheiro, que virá como empréstimo aos municípios paranaenses até 50.000 habitantes, num programa do Banco Mundial, para que haja esse atendimento; assim, os Prefeitos, nesta hora difícil, poderão, até, pedir uma antecipação de receita, para atender as emergências nos seus municípios, certos de que, dentro de pouco tempo receberão outros recursos que poderão liquidar essa antecipação de receita. Nessa situação, não vejo como o município poderá requerer uma antecipação de receita, se ele não sabe nem como poderá pagar!

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, todas as medidas que necessitavam ser adotadas pelo Governo do Estado do Paraná para urgenciar este empréstimo, foram tomadas. Chegou-se até, inclusive, a elaborar-se a própria minuta no Banco Mundial. O que está faltando, apenas, agora, é o documento da SEPLAN, única e exclusivamente, para que o Banco Mundial, leve na próxima pauta de sua reunião. É o que está faltando exclusivamente. E, segundo o que o Governo do Estado depreendeu, é de que esta tentativa da SUDESUL de querer gerir junto com o Governo do Estado do Paraná o empréstimo é que exclusivamente isto, que a bem da verdade não se sabe quem foi pedir para que a SUDESUL gerisse isto, mas é exclusivamente isto que está impedindo o empréstimo. Porque se a SEPLAN tivesse mandado o documento, este empréstimo teria sido apreciado na última reunião da diretoria do Banco Mundial, e efetivamente aprovado, já que a própria minuta foi elaborada com os técnicos e os técnicos do Governo do Estado do Paraná.

Então, veja Vossa Excelência, a nível de Governo de Estado, todas as medidas foram tomadas. Mas, mesmo assim, hoje, pela manhã, ainda na reunião do Secretariado, o Governador ainda dizia de que consultou novamente o Ministro Andreazza e reiterou novamente o pedido para que fosse urgenciado junto à SEPLAN para que o documento que a SEPLAN tem que se manifestar, fosse enviado em tempo hábil, porque a última reunião é agora em julho, que o Banco vai ter neste ano fiscal; se não for aprovado agora, só será este recurso para o ano que vem.

Então, nós não queremos fazer acusação nenhuma e sabemos que os Deputados Estaduais do PDS não foram, mas sabemos que os Deputados Federais do PDS estiveram em Brasília, em algumas repartições federais, dizendo para não enviarem recurso para o Governo do Estado do Paraná, porque era um Governo incompetente que ia aplicar mal esses recursos. Isso foi confessado por próprios funcionários do Governo Federal, e, inclusive, por um Deputado Federal do PDS, e vou dar o nome dele aqui, o Deputado Mazureki, que disse que estava tomando esta atitude porque foi uma decisão de Bancada Federal.

Então, veja Vossa Excelência, se há necessidade de fazer alguma coisa para que este empréstimo seja viabilizado é junto à SEPLAN - Secretaria do Planejamento, chefiada pelo Ministro Delfim Neto, para que o empréstimo venha ao Governo do Estado do Paraná.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Antes de conceder o aparte ao Deputado Luiz Alberto, eu vou responder o aparte do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Caro Deputado Líder da Bancada do PMDB e do Governo nesta Casa. Eu estou acompanhando, sei, é, na realidade está a documentação encaminhada, mas podemos ouvir na entrevista

do Governador do Estado dizendo que até aceitava a co-gestão da SUDESUL nesses recursos que vêm para emergência das enchentes, mas que não aceitaria a co-gestão da Sudesul neste empréstimo. Mas se nós sabemos que este empréstimo tem o aval do Governo Federal, porque não ter a co-gestão do órgão que representa o Governo Federal, que é a SUDESUL encarregada, neste expediente, se o Governo está com a melhor das intenções de atender os municípios; é ele quem vai programar como vai distribuir este dinheiro. Por que não aceitar que a SUDESUL esteja ao seu lado no atendimento, nesta distribuição, se o próprio Governo do Estado é quem vai destinar os recursos a cada um dos seus municípios? É preciso que entendam que concordem que os municípios recebam. Não podemos aceitar que aconteça o que vem acontecendo. Talvez seja esta a preocupação dos Deputados Federais que estão acompanhando, não impedindo, mas é a preocupação de preservar os direitos de cada um dos seus municípios, do que vem acontecendo na FUNDEPAR. Hoje eu ainda reclamava na FUNDEPAR porque um município pequeno Quinta do Sul não recebeu uma parcela sequer do salário-Educação? E a resposta foi de que estão atendendo, primeiro, os municípios que têm problemas mais sérios.

Então, o Prefeito que não soube bem aplicar, que está com o município estourado, este tem que socorrer primeiro. O pequeno município de Quinta do Sol, que tem pouco mais de 10 mil habitantes, mas que está com a sua situação normalizada embora com mais de vinte professores do município à disposição do Estado não puderam receber um tostão de verba. No passado era feita a distribuição pela FUNDEPAR proporcional e em parcelas. Quando saía uma parcela para um município, todos os municípios do Paraná no mesmo dia recebiam. Por que agora não? Esta é a preocupação, a discriminação no atendimento a esses municípios.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Gilberto Carvalho, Vice-Líder do PDS, eu confesso a Vossa Excelência que fico admirado com a posição do nobre Líder do Governo nesta Casa nesta tarde e vou declarar porque. Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi notabilizou-se nesta Casa pela sua permanente posição contrária a empréstimo em dólar. Quando se votaram aqui autorizações na Assembléia Legislativa para o empréstimo em dólar para execução das estradas vicinais no Paraná no Governo Jayme Canet Júnior, Sua Excelência, o Deputado Nilso Sguarezi votou e comandou naquela ocasião a votação contrária. No Governo Ney Braga quando era preciso autorização legislativa para o empréstimo do BIRD para o programa PRÓ-RURAL cuja dívida já está contabilizada mas o recurso ainda está sendo liberado para o Governo José Richa, possa fazer o programa do Governo Ney Braga no setor de eletrificação conforme nos relatou estatisticamente o Deputado Adhail Sprenger Passos, pretendendo com a apresentação daqueles números dizer que havia mudado alguma coisa na COPEL, e quando votou-se aqui o empréstimo internacional do Bird para fazer 1.500 km de estradas asfaltadas, no último quadriênio administrativo, Sua Excelência, o Deputado Nilso Sguarezi, novamente votou contra.

Mas eu creio que Sua Excelência evoluiu, que Sua Excelência compreendeu que era importante agora o Governo do Estado conseguir recursos a juros subsidiados para fomentar o processo de desenvolvimento do Estado do Paraná. Mais ainda, nobre Deputado, a Bancada do PDS no Senado Federal aprovou em março um pedido do Governo do Estado que estava dormindo nas gavetas do Senado Federal por omissão dos Senadores do PMDB, de quarenta milhões de dólares, para que o Governador José Richa pudesse fazer os empréstimos necessários para cumprir com o orçamento do Estado do Paraná para este exercício de 1983.

Como então, e com que autoridade moral os homens do

PMDB criticam a atitude do PDS, se até ontem eles votavam contra e trabalhavam decididamente contra os empréstimos para o Paraná e não só os empréstimos internacionais. Até os recursos do FAES, da Caixa Econômica Federal para aparelhar a Polícia Civil e Militar do Estado do Paraná, bem como empréstimos para o setor educacional para construção de novas unidades escolares, foram bloqueados no Senado Federal pelos homens do PMDB e agora quando a posição inverte eles querem culpar o PDS pela incapacidade em conseguir 52 milhões de dólares para desenvolver um programa feito pelo Dr. Saul Raiz a quem eles combatiam na campanha como homem que estava conseguindo 100 milhões de dólares.

Ora nobre Deputado, na verdade falta coerência à pregação peemedebista no Paraná, mas mais ainda nobre Deputado. Há questão de quinze dias atrás, esteve aqui na Assembléia Legislativa, o Secretário do Planejamento do Governo do PMDB do Estado e na presença dos Deputados Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida e Deputados da nossa Bancada, Sua Excelência confessou a incapacidade do Governo do Estado em executar simultaneamente o programa do Dr. Saul Raiz nos 287 municípios. Disse o Dr. Belmiro Valverde Castor que o Governo do Estado, seja pela FAMEPAR, na elaboração de programas ou pela Secretaria do Planejamento, não teria capacidade de executar ao mesmo tempo, este programa tão importante para o Estado do Paraná que vai gerar mais de 60 mil empregos e, conseqüentemente iria liberar os recursos em lotes. Isto é, 50 municípios seriam atendidos num determinado mês, 50 dali a seis meses, 50 dali a um ano.

Ora, isso é óbvio nobre Deputado, a discriminação é evidente por parte do Governo do Estado, mas eis o que é claro é a incapacidade administrativa. E o que nós queremos do PDS, é que a SUDESUL ajude a elaboração dos projetos para que haja mais agilidade na liberação dos recursos já que o Paraná vive um grande problema com o desemprego e esses recursos viriam a acelerar o processo de desenvolvimento do Estado. Mais ainda, como o programa do Dr. Saul Raiz do Governo Ney Braga se trata da primeira experiência municipalista de fato, no mundo todo, nós queremos que este programa não perca as suas características técnicas definidas não por Vossa Excelência, ou pela Bancada Federal, ou pela Bancada Estadual do PDS, mas sim pelo próprio Banco que vai fazer o empréstimo, cujo projeto e cujas características técnicas já estão aprovadas. Nós queremos que a SUDESUL acompanhe o desenvolvimento do projeto, nós não queremos co-gestão nos recursos do Governo do Estado, porque nós sabemos que a contrapartida que o Governo do Paraná vai oferecer esta contrapartida, está discriminada no orçamento do Estado. Isto é, a parte dos 98 milhões de dólares que cabe ao Governo do Estado aplicar nesse programa, está discriminada no orçamento da FUNDEPAR, da COPEL, da SANEPAR. Porque o Governo do Estado não tem recursos específicos ou extra-orçamentários, para destinar a este programa em especial.

Portanto, isto é uma balela do Governador José Richa e é o fato de autoridade do PMDB em criticar o PDS. O que nós não queremos nobre Deputado, porque o Paraná não aceita, é perseguição política mesquinha, é discriminação odiosa, porque onde mora um habitante de uma cidade dirigida por um projeto do PDS, mora o povo do Paraná que tem o mesmo direito que um homem da cidade dirigido pelo PMDB em usufruir os frutos do processo e do bem-estar da gente do Paraná. Por isto, a nossa posição é no sentido de que, já que o Governo do Estado não tem capacidade administrativa em fazer um programa que beneficie igualmente e simultaneamente todos os municípios abrangidos, nós do PDS oferecemos à SUDESUL — a SUDESUL tão aclamada quando eles precisam de recursos — para dar a sua contribuição para execução de um programa tão combatido na véspera da eleição, mas que na verdade, é um programa de desenvolvimento do Paraná feito pelo Governo

anterior.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sou eu quem agradeço, nobre Deputado, o aparte de Vossa Excelência que colocou muito bem, quando disse que nós queremos o que a bancada federal está pedindo, é justamente isto, é acompanhar o desenvolvimento do Projeto que haja um atendimento à altura.

Mas, Senhores Deputados, eu só passo a acreditar na boa intenção em atender esses municípios se o Governo encaminhar a esta Casa a relação dos municípios a serem atendidos com os valores de cada um e que inicie, de acordo com o que disse o Governador na entrevista, de que sessenta por cento serão recursos próprios do Estado, trinta e cinco por cento é o que vem do Banco Mundial. Porque então já não montaram esse projeto e, no momento difícil porque passam os municípios, iniciar a programação do atendimento a cada um dos municípios paranaenses, mas atendendo simultaneamente em parcelas de forma que cada Município, de acordo com a sua população, de acordo com o programa, sejam atendidos sem discriminação.

Esta é a administração que eu acredito: a administração participativa. Esta é a administração que nós queremos. Eu, (já concedo o aparte a Vossa Excelência), falo com independência nos municípios da Região do Vale do Ivaí, que tem junto comigo o Deputado Jorge Maia que também representa vários municípios. Os prefeitos, mesmo do PMDB, são meus amigos; eu participo mensalmente da Reunião da AMUVI e, junto com eles — PDS e PMDB — nós temos discutido os problemas dos municípios; tenho procurado atender sua discriminação dentro das nossas poucas possibilidades (o Deputado Ivan Gubert que também tem municípios naquela região). É esta a nossa intenção de ver solucionado, de ver atendidos os municípios paranaenses.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, quanto o "Juízo de valor" do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, evidentemente que é totalmente de ordem subjetiva dele dizer que o Governo do Estado é incapaz, já que não houve tempo, inclusive, de aplicar recurso nenhum. Então é um julgamento subjetivo, nós não podemos contestar se ele acha que o Governo é incapaz. Isso ele terá tempo para comprovar, mas que é um juízo de ordem subjetivo. Nobre Deputado, quanto à discriminação que Vossas Excelências estão dizendo, eu gostaria que apresentassem com dados concretos de quais os fatos, as razões de que Vossas Excelências baseiam para dizer de que houve discriminação contra determinadas Prefeituras do PDS, porque os únicos recursos que o Governo do PMDB teve até agora para distribuir foram da PROSAFRA e foram iguais a todos os municípios, na ordem de oitocentos e trinta e um mil cruzeiros e cem — a todos os municípios indiscriminadamente, não há nenhuma discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Seu tempo está esgotado. A Presidência concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu concluo, Senhor Presidente, nobre Deputado, eu quando falei do Município eu dei o nome. Então é uma denúncia concreta. O Município é Quinta do Sol. Até hoje não recebeu um tostão sequer...

O Sr. Nilso Sguarezi — Do quê? De qualquer verba?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Verba da FUNDEPAR, verba do salário-educação....

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado, eu apresentaria centenas de municípios do PMDB que não receberam nada ainda também. Por isso não quer dizer que haja discriminação, há uma programação, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — O Presidente me concedeu um minuto, e eu vou concluir Senhor Presidente, para que a Casa tome

conhecimento o salário-educação; foi rigorosamente pago ao Estado pelo Ministério da Educação. E mais uma novidade: a Ministra da Educação aprova agora a mudança do salário-educação que antes era distribuído aos estabelecimentos particulares de ensino ser também para o Governo do Estado para repasse aos municípios, o que aguardamos pelo atendimento. Vem totalmente agora aos Estados, reforçando ainda os recursos para que os Estados possam ajudar mais os municípios. Esperamos que possa melhorar esta situação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 17/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MARIA", com sede e foro nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 17/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MARIA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 20/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI", de Cascavel. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 20/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI", de Cascavel, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/83, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que revoga o disposto no art. 20, da Lei n.º 7.567, de 08 de janeiro de 1982. (CUSTAS JUDICIAIS). Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., aprovado por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 32, de 18/04/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 32/83

Art. 1.º — É suspenso o regime de semestralidade previsto no art. 20, da Lei n.º 7.567, de 8 de janeiro de 1982, do valor de referência de custas - V.C.R., até 31 de dezembro de 1983.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 59/83, de sua autoria, que visa instituir o reajuste semestral de vencimentos para os funcionários públicos estaduais. — Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) Vossa Excelência poderia me informar qual o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência atende. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro:

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 59/83, de sua autoria, que visa instituir o reajuste semestral de vencimentos para os funcionários públicos estaduais”.

Está em votação. — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Responderam a chamada, Sr. Presidente 36 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Trinta e seis Srs. Deputados responderam a chamada.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão. A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus assentos para se proceder a verificação de votação requerida.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, já que Vossa Excelência anuncia a presença de 36 Srs. Deputados no plenário, solicito da Mesa que faça um apelo aos eminentes Deputados do PMDB, que se encontram atrás da Presidência para que venham votar a favor do funcionalismo público do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vos-

Excelência que ao anunciar a verificação de votação, solicitou aos Srs. Deputados que tomassem os seus assentos e irá proceder a verificação de votação requerida.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) -- Eu solicito de Vossa Excelência, Sr. Presidente, que proceda nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda nova chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Trinta e quatro Srs. Deputados responderam a chamada, Sr. Presidente pela segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Trinta e quatro Srs. Deputados responderam a chamada, solicito aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos, para que a Mesa, possa proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência levasse em conta o requerimento que nós acabamos de encaminhar a Mesa, solicitando votação nominal para o requerimento que requer regime de urgência para o projeto de lei, de nossa autoria, que institui a semestralidade para os reajustes dos servidores públicos do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com base no artigo 159 do Regimento Interno, a Mesa coloca em votação o requerimento do Sr. Deputado Airton Cordeiro, que requer na forma regimental, processo de votação nominal do requerimento de sua autoria que solicita regime de urgência para o Projeto de Lei 59/83.

A Mesa esclarece que este requerimento terá procedimento normal de votação, devendo ser aprovado com a presença da maioria dos Srs. Deputados.

Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Airton Cordeiro, que requer votação nominal para o seu pedido de urgência ao Projeto de Lei 59/83.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer como estão — **Aprovado.**

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem) Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, a Liderança do PMDB requer verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, eu solicito que Vossa Excelência determine ao Primeiro Secretário chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação do requerimento em pauta.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Trinta Srs. Deputados responderam à chamada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Trinta Srs. Deputados responderam à chamada; a Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pela Liderança do PMDB.

O SR. ROBERTO REQUIÃO -- Sr. Presidente, eu requeiro verificação de “quorum” para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pela Liderança.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente. É evidente a manobra governista, nesta Casa, no sentido de não

votar o projeto de lei de autoria do Deputado Airton Cordeiro que prevê o reajuste semestral, com base na correção do INPC, ao funcionalismo público. Mais do que evidente a manobra, de obstrução do Partido do Governo nesta Casa, é evidente também, a falta de cumprimento da promessa eleitoral. Eles prometiam prestigiar o Legislativo, Sr. Presidente; eles prometiam...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado Líder, nas questões de ordem, Vossa Excelência conclua com a rapidez recomendada pelo Regimento Interno.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu vou concluir, Sr. Presidente. Vou concluir solicitando a Vossa Excelência, antes que Vossa Excelência coloque em votação a solicitação, que Vossa Excelência determine nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência irá proceder, atendendo ao requerimento de Vossa Excelência, pela última vez, a chamada nominal dos Srs. Deputados para esta matéria. Muito embora, o Regimento Interno não seja expresso, mas cabe à Presidência, como poder moderador dos trabalhos, e entendendo que não pode obrigar aos Srs. Deputados que permaneçam em plenário, como não pode transformar esta sessão em chamadas nominais e verificações de votação, eu irei conceder, pela última vez, a chamada nominal dos Srs. Deputados, após o que, após o resultado, se não houver número, a Presidência dará por definitivamente encerrados os pedidos de verificação de vota-

ção.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Eu gostaria que Vossa Excelência adotasse a mesma posição da Mesa quando a Liderança do PDS solicita chamada nominal, com relação às verificações de “quorum” procedidas pela Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE — Eu solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda pela última vez, sobre esta matéria, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Pela quarta vez, Sr. Deputado Trajano Bastos.

(Procede a chamada nominal).

Dezessete Srs. Deputados responderam à chamada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Dezessete Srs. Deputados responderam à chamada. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/83.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/83, e do Projeto de Resolução n.º 48/83.

Levanta-se a sessão.